



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



A Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul/Acre, através de sua Comissão de Contratação, designada pelo Decreto Nº 037/2026, de 30 de janeiro de 2026, publicado no D.O.E. Nº 14.196, torna público aos interessados, que fará realizar licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026**, pelo **MENOR PREÇO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014, Decreto Federal nº 11.462/2023, Decreto Federal nº 8.538/2015, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	3.748/2025
ÓRGÃO CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
UASG:	980107
MODALIDADE	PREGÃO
FORMA:	ELETRÔNICA
SRP	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
CRITERIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO
MODO DE DISPUTA:	ABERTO
VALOR DE CARATER SIGILOSO:	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
VALOR ORÇADO:	VALOR ESTIMADO.
INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (MODO DE DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,10]
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observando o disposto no art. 4º §1º da Lei 14.133/2021)	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). http://www.gov.br/compras/pt-br/
DATA DA ABERTURA:	12/06/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	11H00MIN
PERÍODO DE RETIRADA:	26/05/2026 À 12/06/2026
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp
AGENTE DE CONTRATAÇÃO:	TALINE SOUZA COSTA

O pregão será realizado pela AGENTE DE CONTRATAÇÃO **TALINE SOUZA COSTA**, bem como os servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do Agente de Contratação ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



oficialmente capacitados e designados pela Administração.

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. *Eventual e futura contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada na prestação de serviços de decoração, compreendendo o fornecimento, montagem, ajustes durante o evento e posterior desmontagem e retirada dos itens decorativos, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais da Prefeitura de Cruzeiro do Sul/AC, conforme especificações e quantitativos estimados constantes neste Termo de Referência.*

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 1.102, de 14 de dezembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços deverá ser de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme disposto na legislação vigente, excepcionalmente, desde que seja comprovada a vantagem para a Administração, conforme Art. 87 da Lei 14.133/2021.

1.5. Nos preços cotados deverão estar inclusos: impostos, fretes, taxas, seguros e quaisquer outras despesas incidentes, deduzidos eventuais descontos concedidos.

1.6. Caberá à Secretaria Municipal de Obras, Desenvolvimento Urbano e Habitação, o gerenciamento da Ata de Registro de Preços no seu aspecto operacional e nas resoluções das questões legais.

1.7. Integram este edital, para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

Anexo I: Termo de Referência

Anexo II: Minuta de Contrato

Anexo III: Minuta Ata - SRP

Anexo IV: Modelo de Proposta de Preços

Anexo V: Estudo Técnico Preliminar – ETP

Anexo VI: Análise de riscos

2. EXCLUSIVIDADE/BENEFÍCIO à ME/EPP/EQUIPARADAS

2.1 Em cumprimento ao Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006, os itens/lotes estimados em valores iguais ou inferiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), do Termo de Referência, serão destinados à participação exclusiva das microempresas ou empresas de pequeno porte.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



2.1.1 O não atendimento à condição acima caracterizará o descumprimento do disposto no art. 49, II da Lei Complementar nº 123/2006, tornando o item de ampla disputa.

2.1.2 Na hipótese de não haver vencedor para o(s) item(ns)/lote(s) exclusivo(s) nos moldes acima descritos, este será(ão) declarado(s) fracassado(s) e/ou deserto(s), podendo ser repetida a licitação sem exclusividade, aplicando as regras estabelecidas neste edital.

2.2 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e equiparadas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

2.3 Para os fins do disposto nos subitens 2.1, 2.2 e 2.3 deste Edital, considera-se como “equiparadas” o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DAS VEDAÇÕES



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



4.1. Não poderão disputar esta licitação:

- a)** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b)** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c)** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h)** agente público do órgão ou entidade licitante;
- i)** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- j)** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.2. O impedimento de que trata a alínea “d” do subitem anterior, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.3. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



empresa, a que se referem as alíneas “b” e “c” do subitem 3.2.1, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.5. O disposto nas alíneas “b” e “c” do subitem 4.1 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua, como encargo do contratado, a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.6. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.7. A vedação de que trata a alínea “h” do subitem 4.1 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

5.1 Não será permitida. A presente contratação não envolve complexidade técnica, alto valor agregado ou necessidade de especialização específica que justifique a atuação conjunta de empresas para assegurar sua execução, não se justifica a admissão de consórcios empresariais neste certame.

6. DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS SOB FORMA DE COOPERATIVA

6.1 A participação de profissionais organizados em cooperativas é admitida, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 16, caput, e incisos I a IV, da Lei nº 14.133/2021.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



7.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no subitem 11.

7.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- a)** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b)** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- c)** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d)** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5. O licitante organizado em cooperativa (quando permitida a participação) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.13. Dos valores e casas decimais

7.13.1. Os valores ofertados pelos licitantes no sistema eletrônico poderão conter até 4 (quatro) casas decimais, conforme parametrização da plataforma.

7.13.2. Para fins de julgamento, classificação das propostas e registro nos sistemas internos e de controle externo, os valores serão considerados com até 3 (três) casas decimais, adotando-se o critério de arredondamento matemático.

7.13.3. As casas decimais excedentes serão desconsideradas para fins de julgamento, não cabendo ao licitante qualquer alegação posterior quanto à alteração da ordem de classificação decorrente da aplicação desta regra.

7.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1. Valor unitário e total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.

8.1.2. Marca;

8.1.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.1.4. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para contratação.

8.2. Os licitantes deverão obedecer estritamente às descrições, especificações técnicas e condições estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e em seus anexos. Independentemente de eventuais limitações ou divergências no catálogo de materiais do site de compras do governo federal.

8.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

8.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



8.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

8.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

8.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Acre e/ou Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

a) assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou

b) condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

8.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor do lote.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.

9.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

9.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

9.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

9.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

9.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

9.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 9.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

9.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

9.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



9.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.538, de 2015.

9.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



9.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

9.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Acre;

9.21.2.2. empresas brasileiras;

9.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.22.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade:

9.22.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

9.22.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



máximo definido pela Administração.

9.22.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.22.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.22.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.22.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA FASE DE JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1. SICAF;

10.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

10.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei Federal nº 8.429, de 1992.

10.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.4. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



10.5. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.6. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

10.7. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 7.6 deste edital.

10.8. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.9. O(a) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.

10.10. O(A) Pregoeiro(a) poderá a qualquer momento solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.

10.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação

10.12. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.13. Será desclassificada a proposta que:

10.13.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;

10.13.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;

10.13.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;

10.13.4. Apresentar preço manifestamente inexequível;

10.13.5. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.13.6. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Administração.

10.14. Considera-se indícios de inexecuibilidade da proposta:

10.14.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e

10.14.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.15. O(a) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

10.15.1. A inexecuibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:

10.15.2. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.15.3. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.16. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:

10.16.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

10.16.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

10.17. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou

entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.

10.18. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

10.19. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.

10.20. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.21. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



11. DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

11.2. Exigências de habilitação

11.2.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

11.3 Habilitação jurídica

11.3.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.3.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.3.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

11.3.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.3.6.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.4 Habilitação fiscal, social e trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública do Estado do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

g) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.4.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.4.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.5 Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

11.5.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

11.5.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 1 (um) ano;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



11.5.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.5.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado a ser registrado em ata de registro de preços.

11.5.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).

11.5.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

NOTAS EXPLICATIVAS

a) Somente serão aceitos balanços devidamente registrados em Junta Comercial da Sede do Licitante ou pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED/RFB.

b) O prazo de validade do Balanço Patrimonial ou o último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte.

c) Para as empresas tributadas com base no lucro real que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED da RFB, o prazo de validade do Balanço será de 31 de maio do seguinte ano, conforme previsto no Art. 5º da Instrução Normativa nº 2003, de 18 de janeiro de 2021.

d) Serão considerados na **forma da lei** sob **pena de inabilitação**, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis assim apresentados:

d.1) Para Sociedades Anônimas (Empresas S/A), cópia autenticada da publicação do Balanço publicada em Diário Oficial ou jornal de grande circulação da sede do Licitante; (Art. 289, parágrafo I, da Lei Federal 6404/76), alterada pela (Lei Federal nº. 13818/2019).

d.2) Para as demais empresas (Sociedades Limitadas, Empresário de Firma Individual, Eireli), **Balanço Patrimonial acompanhado de cópias legíveis e autenticadas dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário e Termo de Autenticação do Livro Digital**, onde foram transcritos o referido balanço e a demonstração do resultado, devendo ser assinado por técnico em Ciências Contábeis legalmente habilitado e pelo administrador da sociedade empresária; (Art. 5 § 2º do Decreto-Lei nº. 486/1969), (Art. 1179, 1180 e 1184 do Código Civil Brasileiro).



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



11.6. Qualificação Técnica:

11.6.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante a apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter o licitante executado satisfatoriamente serviços compatíveis em características, prazos e complexidade com o objeto desta licitação, consistentes na prestação de serviços de decoração e ambientação de eventos, incluindo fornecimento, montagem, ajustes durante o evento e posterior desmontagem de estruturas e itens decorativos.

11.6.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo:

- identificação da pessoa jurídica emitente;
- descrição detalhada dos serviços executados;
- período de execução;
- manifestação expressa quanto à execução satisfatória dos serviços;
- assinatura do responsável pela emissão.

11.6.3. O Agente de Contratação poderá promover diligência para verificar a veracidade das informações constantes no(s) atestado(s), podendo ser exigida cópia do contrato, nota fiscal ou outro documento comprobatório da execução dos serviços.

11.6.4. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnica, desde que demonstrada a compatibilidade com o objeto da contratação.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

12.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

12.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

12.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.8. Depois de assinada a Ata de Registro de Preço, as contratações eventualmente formalizadas pelo órgão ou entidade participante deverão observar o disposto naquele instrumento jurídico, bem como respeitar as condições e requisitos constantes no Termo de Referência.

12.9. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento, desde que cumpridos os requisitos descritos no §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e no art. 132 do Decreto Municipal nº 1.102, de 2023.

13.DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

13.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

13.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

13.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.5.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

13.5.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



preços, nas hipóteses previstas nos art. 128 e art. 129 do Decreto Municipal nº 1.102, de 2023.

13.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

13.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.4.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.4.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

14.4.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.4.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico e-mail: licitacao@cruzeirodosul.ac.gov.br.

15. DAS SANÇÕES

15.1 O atraso injustificado na entrega do objeto pactuado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, conforme o subitem 7.2, sujeitará o fornecedor à multa diária de 0,3% (três décimos por cento), sobre o valor total do lote contratado, a título de mora, até o limite máximo de trinta dias.

15.1.1 Após esse prazo restará caracterizada a inexecução parcial do Ajuste.

15.2. Quando do recebimento, de acordo com o subitem 7.4, os produtos rejeitados pela fiscalização, a empresa terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para proceder a reposição, sob pena de ensejar o descumprimento do Ajuste, o que sujeitará a aplicação de multa diária no percentual de 0,3% (três décimos por cento), sobre o valor total do lote contratado, a título de mora, até o limite máximo de trinta dias.

15.2.1. Após esse prazo restará caracterizada a inexecução parcial do Ajuste.

15.3. O atraso injustificado no cumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais previstas na execução do objeto, e não arroladas nos itens acima, sujeitará a CONTRATADA à multa diária de 0,2% sobre o valor total do lote mais econômico da contratação, por dia/ocorrência, até o limite de 6%.

15.4. Pela inexecução total ou parcial das Atas de Registro de Preços, a Administração poderá, nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, garantida a prévia defesa, aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

- a)** Advertência: poderá ser aplicada quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato e não se justifique a imposição de penalidade mais grave;
- b)** Multa compensatória de 15% (quinze por cento), sobre o valor total do lote contratado;
- c)** Impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos; e



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.5. A inexecução total ou parcial do Ajuste poderá acarretar a sua extinção, conforme previsto nos art. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, assim como a incidência das consequências legais cabíveis, inclusive indenização por perdas e danos eventualmente causados ao Contratante.

15.6. O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos ao fornecedor, ou, ainda, cobrado judicialmente, a critério do Contratante.

15.7. A critério da autoridade competente do Contratante, com fundamento nos Princípios da Proporcionalidade e Razoabilidade, as penalidades poderão ser relevadas ou atenuadas, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos, mediante comprovação, e desde que formuladas por escrito, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data em que for oficiada a pretensão no sentido da aplicação da pena.

15.8. O Contratante promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta.

15.9. O fornecedor terá seu Registro de Preços cancelado, por intermédio de procedimento administrativo específico, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

15.9.1. A pedido, quando:

- a)** comprovada a impossibilidade de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior; e
- b)** o preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado e dos insumos que compõem os seus custos, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento.

15.9.2. Por iniciativa do Contratante, quando o fornecedor:

- a)** não aceitar reduzir os preços registrados, quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b)** não manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- c)** não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- d)** não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- e)** não retirar a Nota de Empenho ou Instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Contratante, sem justificativa aceitável; e



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



f) sofrer sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.10. O cancelamento da Ata de Registro de Preços implica a cessação de todas as atividades do fornecedor relativas à respectivo ARP.

15.11. Nos casos em que o fornecedor sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação deste instrumento desde que a execução desta Ata de Registro de Preços não seja afetada e que o fornecedor mantenha o fiel cumprimento dos termos da ARP e as condições de habilitação.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, utilizando o próprio sistema e através do e-mail: licitacao@cruzeirodosul.ac.gov.br.

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Cruzeiro do Sul - AC.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre (LICON), Site oficial da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul <https://www.cruzeirodosul.ac.gov.br/> e endereço eletrônico através do e-mail: licitacao@cruzeirodosul.ac.gov.br.

Cruzeiro do Sul, 26 de maio de 2026.

Matheus Lima de Souza

Secretário Municipal de Gestão Estratégica, Orçamento e Finanças
Decreto nº 002/2025



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA -

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto:

1.1.1. Eventual e futura contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada na prestação de serviços de decoração, compreendendo o fornecimento, montagem, ajustes durante o evento e posterior desmontagem e retirada dos itens decorativos, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais da Prefeitura de Cruzeiro do Sul/AC, conforme especificações e quantitativos estimados constantes neste Termo de Referência.

1.2. Trata-se de serviço comum, nos termos do art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O objeto não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1.102/2023.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, conforme previsto na legislação vigente. Ressalta-se que, nos termos do art. 86, §1º da Lei nº 14.133/2021 e do art. 9º, §2º do Decreto nº 11.462/2023, a divulgação da intenção de registro de preços restou dispensada, uma vez que o órgão gerenciador atuará como único contratante.

2.2. Parágrafo único. A prorrogação de vigência não implica, por si só, ampliação de quantitativos, permanecendo a Administração vinculada aos quantitativos máximos estimados registrados e à contratação sob demanda, conforme a efetiva necessidade, disponibilidade orçamentária e conveniência administrativa.

2.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, nem à execução da totalidade dos quantitativos estimados.

2.4. Nos valores propostos deverão estar inclusos: impostos, fretes, taxas, seguros e quaisquer outras despesas incidentes, deduzidos eventuais descontos concedidos.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT	V. UNT	V.TOTAL
01	Toalha para mesa de solenidade, medida mínima de 8m x 3m, em tecido jacquard, cores a definir.	550	R\$ 250,00	R\$ 137.500,00
02	Toalha para mesa de solenidade, medida mínima de 3m x 3m em tecido jacquard, cores a definir.	480	R\$ 90,00	R\$ 43.200,00



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



03	Capas para cadeiras de solenidade, em tecido jacquard, com elástico ou amarração para ajuste firme, cores a definir.	3.000	R\$ 35,00	R\$ 105.000,00
04	Mesa de apoio em madeira e/ou vidro, medindo 1,5 de diâmetro e 70 cm de altura	370	R\$ 189,67	R\$ 70.177,90
05	Mesa de apoio em madeira e/ou vidro, retangular, medindo 2m de comprimento, 80 cm de largura e 70 cm.	370	R\$ 260,00	R\$ 96.200,00
06	Arranjo de flores, tipo floreira, composta por flores permanentes real ao toque, tamanho de 1m de comprimento, altura mínima de 60cm. Tipos de flores a definir no momento de solicitação do serviço.	475	R\$ 260,00	R\$ 123.500,00
07	Arranjo de flores, tipo floreira, composta por flores permanentes real ao toque, tamanho de 3m de comprimento, altura mínima de 60cm. Tipos de flores a definir no momento de solicitação do serviço.	400	R\$ 760,00	R\$ 304.000,00
08	Vasos com plantas ornamentais naturais para paisagismo e ambientação – plantas de grande porte (bambús, palmeiras, palmeiras, ficcus, lyrata, buchichos, sambaías e podocarpos. Plantas entregas nos vasos.	500	R\$ 213,50	R\$ 106.750,00
09	Cortina para fundo de palco e cenários em tecido nobre. Cores a definir.	405	R\$ 800,00	R\$ 324.000,00
10	Tapete, tipo persa, felpudo e cizal, modelo retangular (tamanho 1,80 x 2,50), para montagem de cenários. Cores a definir.	255	R\$ 250,00	R\$ 63.750,00
11	Tapete, tipo persa, felpudo e cizal, modelo retangular (tamanho 3,00 x 4,00), para montagem de cenários. Cores a definir.	175	R\$ 400,00	R\$ 70.000,00
12	Tapete, tipo persa, felpudo e cizal, redondo, sendo 2m de diâmetro.	195	R\$ 218,75	R\$ 42.656,25
13	Poltronas decorativas, revestida com tecido de linho, veludo, corvim, cores e modelos a definir no ato da solicitação.	165	R\$ 250,00	R\$ 41.250,00



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



14	Cadeiras decorativas para montagem de ambientes, sendo no material madeira e ferro, com assentos revestidos em tecido nobre (linho, veludo e couro), cores e modelos a definir conforme a necessidade.	695	R\$ 130,00	R\$ 90.350,00
15	Cadeiras de ferro, assento e encosto estofados (tamanho padrão até 150kg).	1.175	R\$ 138,67	R\$ 162.937,25
16	Sofás para montagem de ambiente, medindo 1,60 x 80, revestido de tecido nobre (veludo e linho).	145	R\$ 510,00	R\$ 73.950,00
17	Painéis de Folhagem natural (Ficus), tamanho 2,50 x 4,00.	270	R\$ 810,00	R\$ 218.700,00
18	Aparador em madeira, ferro, espelho, acrílico, nos tamanhos de 1,00 x 0,40 x 0,80 de altura para composição de cenários ou dispositivos de honra em eventos sociais e/ ou solenes.	165	R\$ 165,00	R\$ 27.225,00
19	Mesa de centro em madeira, ferro espelho e/ou vidro para composição de cenários ou dispositivos de honra em eventos sociais e/ou solenes.	150	R\$ 200,00	R\$ 30.000,00
20	Jardim artificial suspenso, tamanho 2,5m x 1,0m, folhagem verde.	275	R\$ 1.210,00	R\$ 332.750,00
21	Mesa Bistrô, base inox, tampo de vidro, medindo 1,00m de altura.	300	R\$ 135,00	R\$ 40.500,00
22	Mesa Bistrô, base inox, tampo de madeira, medindo 1,00m de altura.	300	R\$ 135,00	R\$ 40.500,00
23	Mesa Bistrô, base inox, tampo de vidro, medindo 0,70 de altura.	300	R\$ 157,75	R\$ 47.325,00
24	Mesa Bistrô, base inox, tampo de madeira, medindo 0,70 de altura.	300	R\$ 157,50	R\$ 47.250,00
25	Balões de diversas cores e números, com aproximadamente 200 balões.	524	R\$ 510,00	R\$ 267.240,00
26	Cortinas em led amarelo quente/frio (3x2mts).	285	R\$ 510,00	R\$ 145.350,00
27	Fio de led, cor a definir.	660	R\$ 130,00	R\$ 85.800,00



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



28	Peças decorativas de tamanhos diferentes em acrílico/madeira/vidro.	435	R\$ 56,67	R\$ 24.651,45
29	Spot de iluminação cênica para salão e entradas de acordo com cores de evento.	415	R\$ 260,00	R\$ 107.900,00
30	Painel de palet, medindo 2,40 x 2,00.	310	R\$ 410,00	R\$ 127.100,00

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os fundamentos da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizados em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. Considerando os termos do art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 9º do Decreto nº 11.462, de 2023, a adoção do Sistema de Registro de Preços pressupõe, como regra geral, a divulgação da intenção de registro de preços perante possíveis órgãos participantes.

4.3. Dessa forma, a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a presente contratação encontra respaldo no Decreto Municipal nº 1.102/2023, em virtude da imprevisibilidade quanto aos quantitativos das demandas futuras, as quais se caracterizam por sua recorrência e complexidade de mensuração. Tais condições impõem a necessidade de que a prestação do serviço ocorra sob demanda, o que evidencia a natureza intrínseca da contratação por meio de registro de preços, especialmente diante da exigência de entregas parceladas ao longo da vigência contratual.

4.4. Nessa perspectiva, o SRP torna-se vantajoso para a municipalidade porque, mesmo sendo estabelecido o prazo de vigência do registro de preços, a Administração não fica obrigada a adquirir no quantitativo máximo e nem na totalidade a execução dos serviços, além de não ficar cingida ao prazo da execução orçamentária, considerando, inclusive, as práticas vigentes no mercado, com vistas à preservação da competitividade essencial ao processo de seleção, buscando-se, assim, ampliar a participação dos interessados e fomentar a concorrência, de modo a assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

4.5. Os quantitativos estimados foram objeto de revisão técnica pelas Secretarias demandantes, com vistas à adequação às reais necessidades administrativas, resultando na otimização da contratação e na redução do valor inicialmente projetado, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento da contratação pública.

5. DA MODALIDADE

5.1. Será utilizada a modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA** pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



6.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 Sustentabilidade

Adoção, sempre que possível, de práticas sustentáveis, reutilização de materiais e destinação ambientalmente adequada de resíduos.

7.1.1. Considerando que o processo licitatório deve promover o desenvolvimento nacional sustentável, como menciona o artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, a empresa contratada deve observar os requisitos da referida lei:

7.2. Subcontratação

7.2.1. Não será admitida a subcontratação, tendo em vista a necessidade de padronização estética, coordenação operacional integrada e responsabilidade técnica única, conforme justificativa constante no ETP.

7.3. Qualificação Técnica dos Fornecedores:

7.3.1. As empresas selecionadas deverão apresentar:

a) Apresentar Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante prestado satisfatoriamente os serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal que deram origem ao Atestado.

7.3.2. O atestado deverá ser emitido, preferencialmente, em papel timbrado da empresa, órgão ou entidade da Administração Pública, assinado por seu representante, com descrição dos serviços contratados.

7.3.3. O Agente da Contratação poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, o licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pelo agente de contratação/pregoeiro, além de incorrer nas sanções previstas na legislação.

7.4. Garantia da contratação:

7.4.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, nem de manutenção.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

8.1. O serviço deverá ser executado de forma eventual e sob demanda, nos termos do Sistema de Registro de Preços.

8.2. Da Execução do serviço:



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



- a) Os serviços deverão ser executados em prazo compatível com a natureza, complexidade e local de realização do evento, a contar da data de emissão da respectiva Ordem de Serviço, observando-se, como prazo de referência, o limite de até **03 (três) dias**, salvo situações específicas devidamente justificadas.
- b) Parágrafo único. Em situações específicas, devidamente justificadas, o prazo poderá ser ajustado de comum acordo entre a Administração e a contratada, desde que não haja prejuízo à realização do evento.
- c) Ajustes pontuais ou correções durante a realização do evento deverão ocorrer de forma imediata, compatível com a natureza do item e com a urgência da situação, priorizando-se a continuidade do evento e a manutenção da qualidade da ambientação contratada.

8.2.1. Constatada qualquer desconformidade na execução dos serviços ou nos itens decorativos prestados, estes poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo a contratada promover a correção, substituição ou adequação necessária em prazo compatível com a natureza do ajuste requerido, observado o prazo máximo de até 02 (duas) horas, contadas da notificação formal da fiscalização contratual ou de servidor designado para acompanhamento do evento, inclusive por meio eletrônico, considerando a possibilidade de realização simultânea de eventos, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

8.2.2. O serviço deverá ser executado de forma eventual e sob demanda, nos termos do Sistema de Registro de Preços, nos respectivos locais, de acordo com os endereços indicados nas respectivas Ordens de Serviço, a contar do recebimento da solicitação feita pela Administração.

8.3. Da organização do ambiente pela Contratada:

8.3.1. Organização do local onde o serviço será executado, com a montagem de todos os preparativos e infraestrutura necessários, bem como:

- Transporte dos itens decorativos até o local do evento;
- Montagem, instalação e organização dos elementos decorativos;
- Ajustes necessários durante a realização do evento, quando demandados pela fiscalização;
- Desmontagem e retirada dos itens após o encerramento do evento.

8.3.2. A contratada deverá executar os serviços utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual;

8.3.6. A contratada será responsável pela desmontagem dos materiais, imediatamente após



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



a realização do serviço, garantindo a remoção dos resíduos sólidos e o descarte adequado do lixo referente ao serviço;

8.3.7. Recomenda-se o uso de materiais sustentáveis e a separação de resíduos recicláveis.

8.4. Garantia do serviço:

8.4.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei Federal nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

8.5. Das obrigações das partes:

8.5.1. Das obrigações da Contratante

8.5.1.1. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e no Contrato;

8.5.1.2. Acompanhar a execução do objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Contrato;

8.5.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.5.1.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre serviços que não apresentem as condições exigidas no Edital, para que sejam substituídos;

8.5.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de servidor especialmente designado;

8.5.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.5.1.7. Colocar à disposição da Contratada todas as informações necessárias à prestação dos serviços;

8.5.1.8. Assegurar o acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados, ao local da realização do serviço;

8.5.1.9. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

8.5.2. Das obrigações da Contratada:

8.5.2.1. Cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no presente instrumento;

8.5.2.3. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao CONTRATANTE ou terceiros, ocasionados por seus empregados, em virtude de dolo ou culpa, quando da execução do



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



contrato;

8.5.2.4. Submeter seus empregados, (caso seja necessário), durante o tempo de permanência nas dependências do CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e de disciplina por este instituído;

8.5.2.5. Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços produzidos, assim como efetuar a troca dos que porventura apresentem algum tipo de irregularidade, nos termos e prazos estabelecidos neste termo de referência;

8.5.2.6. Comunicar à Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente;

8.5.2.7. Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, desde que praticada por seus empregados nas instalações da Administração;

8.5.2.8. Manter, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.5.2.9. A contratada deve responsabilizar-se pelos seguintes encargos, em especial: fiscais, comerciais, previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não mantem nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul;

8.5.2.10. A CONTRATADA não poderá alterar o serviço, salvo motivo de força maior ou caso fortuito e mediante solicitação prévia ao CONTRATANTE que irá avaliar e, desde que não haja impacto no preço, nas características, na qualidade e na pontualidade na prestação do serviço, poderá a seu critério autorizar a alteração solicitada;

8.5.2.10.1. Essa solicitação de alteração deverá ocorrer, no mínimo, 8 (oito) horas antes do evento.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. Execução contratual:

9.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas elencadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Prorrogação por impedimento:

9.2.1. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, sendo anotadas tais circunstâncias por simples apostila.

9.3. Comunicações formais:

9.3.1. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



para esse fim.

9.4. Providências imediatas:

9.4.1. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Reunião inicial e Plano de fiscalização:

9.5.1. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. Fiscalização:

9.6.1. Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, será designado representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.6.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.6.3. O gestor do contrato - ou a equipe de gestão - coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.6.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n. 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto n. 11.246, de 2022, art. 21, X).

9.6.5. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.6.6. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



exercício da atividade.

9.6.7. É direito da fiscalização rejeitar qualquer serviço quando entender que se encontra fora das especificações do Termo Contratual.

9.6.8. À fiscalização compete, dentre outras atribuições:

- a) Encaminhar à Administração o documento que relacione as ocorrências que impliquem em multas ou outras penalidades a serem aplicadas à Contratada;
- b) Solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução do objeto;
- c) Acompanhar, avaliar e atestar a prestação do serviço prestado pelo Fornecedor, indicando as ocorrências que inviabilizem o recebimento;
- d) Verificar a necessidade de aplicação das sanções administrativas;
- e) Encaminhar à autoridade superior para as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência; e
- f) Zelar para que o objeto do Ajuste seja fielmente executado conforme o pactuado.

9.7. Sanções:

9.7.1. O atraso injustificado na execução do serviço pactuado, sujeitará o fornecedor à multa diária de 0,3% (três décimos por cento), sobre o valor do contrato, a título de mora, até o limite de 10 (dez dias).

9.7.2. Após esse prazo restará caracterizada a inexecução parcial do Ajuste.

9.7.3. Quando a execução dos serviços rejeitados pela fiscalização, a empresa terá em prazo compatível com a natureza do ajuste requerido, observado o prazo máximo de até 02 (duas) horas, contadas da notificação formal da fiscalização ou servidor designado, inclusive por meio eletrônico, sob pena de caracterização de inexecução parcial do ajuste e aplicação das penalidades cabíveis.

9.7.4. Após esse prazo restará caracterizada a inexecução parcial do Ajuste.

9.7.5. O atraso injustificado no cumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais previstas na execução do objeto, e não arroladas nos itens acima, sujeitará a CONTRATADA à multa diária de 0,2% sobre o valor total do contrato, por dia/ocorrência, até o limite de 6%.

9.7.6. Pela inexecução total ou parcial das Atas de Registro de Preços, a Administração poderá, nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, garantida a prévia defesa, aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

- e) Advertência: poderá ser aplicada quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato e não se justifique a imposição de penalidade mais grave;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



- f)** Multa compensatória de 15% (quinze por cento), sobre o valor total do item contratado;
- g)** Impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos; e
- h)** Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.7.7. A inexecução total ou parcial do Ajuste poderá acarretar a sua extinção, conforme previsto nos art. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, assim como a incidência das consequências legais cabíveis, inclusive indenização por perdas e danos eventualmente causados ao Contratante.

9.7.8. O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos ao fornecedor, ou, ainda, cobrado judicialmente, a critério do Contratante.

9.7.9. A critério da autoridade competente do Contratante, com fundamento nos Princípios da Proporcionalidade e Razoabilidade, as penalidades poderão ser relevadas ou atenuadas, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos, mediante comprovação, e desde que formuladas por escrito, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data em que for oficiada a pretensão no sentido da aplicação da pena.

9.7.10. O Contratante promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta.

9.7.11. O fornecedor terá seu Registro de Preços cancelado, por intermédio de procedimento administrativo específico, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

9.7.11.1. A pedido, quando:

- c)** Comprovada a impossibilidade de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior; e
- d)** O preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado e dos insumos que compõem os seus custos, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de prestação do serviço.

9.7.11.2. Por iniciativa do Contratante, quando o fornecedor:

- g)** Não aceitar reduzir os preços registrados, quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b)** não mantiver todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- c)** não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- d)** não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



e) não retirar a Nota de Empenho ou Instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Contratante, sem justificativa aceitável; e

f) sofrer sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.7.12. O cancelamento da Ata de Registro de Preços implica a cessação de todas as atividades do fornecedor relativas à respectivo ARP.

9.7.13. Nos casos em que o fornecedor sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação deste instrumento desde que a execução desta Ata de Registro de Preços não seja afetada e que o fornecedor mantenha o fiel cumprimento dos termos da ARP e as condições de habilitação.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

10.1. Recebimento

10.1.1. Em atendimento ao disposto no art. 23, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, registra-se que não se mostra aplicável o parcelamento do objeto em lotes, uma vez que a contratação pretendida se refere à prestação integrada de serviços de decoração e ambientação para eventos, cuja execução demanda padronização estética, coordenação operacional e responsabilidade técnica única.

Ressalta-se que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, o qual não se confunde com o parcelamento do objeto, mas viabiliza a execução eventual e sob demanda, conforme a necessidade da Administração, ao longo da vigência da ata, garantindo flexibilidade, eficiência administrativa e economicidade, sem prejuízo à competitividade.

Dessa forma, a adoção do Sistema de Registro de Preços atende de forma mais adequada ao interesse público, afastando a necessidade de parcelamento do objeto em lotes, ao mesmo tempo em que permite a contratação dos serviços de forma fracionada no tempo, conforme a ocorrência dos eventos e a efetiva demanda das unidades administrativas.

O serviço deverá ser executado de forma eventual e sob demanda, nos termos do Sistema de Registro de Preços, nos respectivos locais, de acordo com os endereços indicados nas respectivas Ordens de Serviço, a contar do recebimento da solicitação feita pela Administração.

10.1.2. A execução ocorrerá conforme descrito a seguir:

a) Provisoriamente, no ato da prestação do serviço, de maneira breve, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta, para posterior verificação de conformidade com as especificações do edital;

b) definitivamente, no prazo de até 01 (um) dia útil, após a verificação da conformidade do serviço e dos materiais com o edital, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



cobrança equivalente pela Administração.

10.1.3. O serviço deverá ser executado no prazo máximo de até 03 (três) dias, contados do recebimento da respectiva Ordem de Serviço, em consonância com o Estudo Técnico Preliminar, considerando a natureza logística da montagem, transporte, ambientação e organização dos elementos decorativos.

Parágrafo único. Em situações excepcionais, devidamente justificadas pela Administração e desde que tecnicamente viável, poderá ser estabelecido prazo inferior na Ordem de Serviço, mediante concordância formal da contratada, sem prejuízo da qualidade da execução e do equilíbrio operacional.

10.1.4. A execução dos serviços poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de até 02 (duas) horas, contadas da notificação formal da fiscalização ou servidor designado, inclusive por meio eletrônico, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

10.1.5. À contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

10.1.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.1.7. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.2. Pagamento

10.2.1. O pagamento será efetuado, por ordem bancária em conta corrente de titularidade da Contratada até o 30º (trigésimo) dia, contado do recebimento da Nota Fiscal, devidamente atestada e conferida mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), bem como conferência aos demais documentos de habilitação, por servidor responsável, correspondente ao serviço executado e aceito definitivamente.

10.2.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

10.2.3. Na Nota Fiscal, para fins de liquidação, deverá ser especificado: a data de emissão, os dados do contrato e da Contratante, o quantitativo do serviço, o valor a ser pago e eventual



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.2.4. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

10.2.4.1. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

10.2.5. Poderá o Contratante, após efetuar a análise das Notas Fiscais, realizar glosas dos valores cobrados indevidamente.

10.2.6. Neste caso, a Contratada será informada das razões que motivaram a recusa dos valores.

10.2.7. A Contratada poderá apresentar impugnação à glosa, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação.

10.2.8. Caso a Contratada não apresente impugnação à glosa pretendida, ou caso o Contratante não acolha as razões da impugnação, os valores da glosa serão deduzidos da respectiva Nota Fiscal.

10.2.9. Dos valores a serem pagos à Contratada, serão abatidos, na fonte, os tributos federais, estaduais e municipais, na forma da Lei.

10.2.10. O Contratante exigirá da Contratada, para fins de pagamento e fiscalização, a apresentação, concomitante à Nota Fiscal, da documentação apta a comprovar a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Fazenda Federal e a Justiça do Trabalho.

10.2.11. Caso a Contratada goze de algum benefício fiscal, ficará responsável pela apresentação de documentação hábil, ou, no caso de optante pelo Simples Nacional – Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, pela entrega de declaração.

10.2.12. Após apresentada a referida comprovação, a Contratada ficará responsável por comunicar ao Contratante qualquer alteração posterior à situação declarada, a qualquer tempo, durante a execução do Ajuste.

10.2.13. A documentação mencionada acima, que é imprescindível para a efetivação do pagamento, deverá ser fornecida juntamente com a Nota Fiscal.

10.2.14. No caso de eventual atraso no pagamento e, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, poderá haver incidência de atualização monetária, sobre o valor devido, *pro rata temporis*, ocorrida entre a data limite estipulada para pagamento e a da efetiva realização, se requerida pela Contratada.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



10.2.15. Para esse fim, será utilizada a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

10.2.16. O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela Contratada, bem como em decorrência de atrasos no recolhimento de multas eventualmente aplicadas.

10.2.17. O depósito bancário produzirá os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida.

10.2.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo}$$

$$EM = \text{Encargos moratórios};$$

$$N = \text{Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento};$$

$$VP = \text{Valor da parcela a ser paga.}$$

$$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438, \text{ assim apurado:}$$

$$I = \frac{6}{100}$$

$$365$$

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

11.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, em sessão pública realizada por meio do sistema eletrônico a ser informado pela Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul.

11.2. Forma de execução do serviço:

11.2.1. A execução do objeto ocorrerá de forma **eventual e sob demanda**, mediante ordem de serviço.

11.3. Exigência de Habilitação:

11.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

11.3.1.1. Habilitação jurídica:

11.3.1.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



11.3.1.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.3.1.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.1.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

11.3.1.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores em exercício;

11.3.1.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.3.1.1.7. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.3.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

11.3.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

11.3.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.3.1.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Pública do Estado do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

11.3.1.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

11.3.1.2.5. Certidão de Regularidade Fiscal perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.3.1.2.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST);



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



11.3.1.2.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.3.1.2.8.0 fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.3.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

11.3.1.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

11.3.1.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

11.3.1.3.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação ou poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

11.3.1.3.4. Os documentos referidos no subitem 11.3.1.3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (art. 69, § 6º da Lei nº 14.133/2021);

11.3.1.3.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED;

11.3.1.3.6. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado a ser registrado em ata de registro de preços;

11.3.1.3.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º);

11.3.1.3.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

11.3.1.4. Qualificação Técnica

11.3.1.4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante a apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter o licitante executado satisfatoriamente serviços compatíveis em características, prazos e



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



complexidade com o objeto desta licitação, consistentes na prestação de serviços de decoração e ambientação de eventos, incluindo fornecimento, montagem, ajustes durante o evento e posterior desmontagem de estruturas e itens decorativos.

11.3.1.4.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo:

- identificação da pessoa jurídica emitente;
- descrição detalhada dos serviços executados;
- período de execução;
- manifestação expressa quanto à execução satisfatória dos serviços;
- assinatura do responsável pela emissão.

11.3.1.4.3. O Agente de Contratação poderá promover diligência para verificar a veracidade das informações constantes no(s) atestado(s), podendo ser exigida cópia do contrato, nota fiscal ou outro documento comprobatório da execução dos serviços.

11.3.1.4.4. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnica, desde que demonstrada a compatibilidade com o objeto da contratação.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 3.397.512,85 (Três milhões, trezentos e noventa e sete mil, quinhentos e doze reais e oitenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos no Mapa Comparativo.

12.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da apresentação da proposta.

12.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

13.3.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.3.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

12.4. Na ocorrência excepcional de prorrogação contratual, independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade originária.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



12.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 Por se tratar de sistema de registro de preços a dotação orçamentária será informada na formalização do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, conforme disposto no § 2º do artigo 115 do Decreto Municipal nº 1.102, de 14 de dezembro de 2023.

Cruzeiro do Sul/AC, 17 de março de 2026.

Ana Clara Rocha de Souza
Integrante Requisitante
PORTARIA/GEOF/Nº 0183/2025

Emanuel Cavalcante Bezerra
Integrante Técnico
PORTARIA/GEOF/Nº 0183/2025

Nathanael Lincoln Rebouças da Silva
Integrante Técnico
PORTARIA/GEOF/Nº 0183/2025

V



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2025

(Processo Administrativo nºXXXXXX)

CONTRATO ADMINISTRATIVO OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE CRUZEIRO DO SUL, POR MEIO DA SECRETARIA XXXXX E A EMPRESA XXXXX.

A Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul, por meio da Secretaria Municipal XXXXXXX, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº XX.XXX.XXX/000X-XX, estabelecida no XXXXXXXXXX, na cidade de Cruzeiro do Sul, neste ato representada pelo(a) XXXXXXX XXXXXXX [cargo e nome], nomeado(a) pelo Decreto nº XXX, de XX de XXXXXXXX de 20XX, publicado no DOE de XX de XXXXXXXX de XXXX, portador da Matrícula Funcional nº XXXXX, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/000X-XX, sediada na XXXXXXXXXX, doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por XXXXXXXXXX [nome e função no contratado], conforme [atos constitutivos da empresa OU procuração] apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXXXXXXXX e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XXX/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é aquisição de XXXXXXXXXX, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM/LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de XX (xxxxxxx) meses contados do(a) XXXXXXXXXXXX, prorrogável por até xxxxxx, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, observado o disposto no art. 138 do Decreto Municipal nº 1.102, de 14 de dezembro de 2023.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ XXXXXXXX (xxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em XX/XX/XXXX.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e no Contrato;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Contrato;

8.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre produtos que não apresentem as condições exigidas no Edital, para que sejam substituídos;

8.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de servidor especialmente designado;

8.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.7. Colocar à disposição da Contratada todas as informações necessárias ao fornecimento dos



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



produtos; e

8.8. Assegurar o acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados, ao local de dos produtos;

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. Cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no presente instrumento;

9.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao CONTRATANTE ou terceiros, ocasionados por seus empregados, em virtude de dolo ou culpa, quando da execução do contrato;

9.3. Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências do CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e de disciplina por este instituído;

9.4. Responsabilizar-se pela qualidade dos materiais fornecidos, assim como efetuar a troca dos que porventura apresentem algum tipo de irregularidade, nos termos e prazos estabelecidos neste termo de referência;

9.5. Comunicar à Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente;

9.6. Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, seja ela qual for, desde que praticada por seus empregados nas instalações da Administração;

9.7. Manter, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.8. A contratada deve responsabilizar-se pelos seguintes encargos, em especial: fiscais, comerciais, previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não mantem nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. O atraso injustificado na entrega do objeto pactuado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, sujeitará o fornecedor à multa diária de 0,3% (três décimos por cento), sobre o valor total do lote contratado, a título de mora, até o limite máximo de quarenta e cinco dias.

11.1.1. Após esse prazo restará caracterizada a inexecução parcial do Ajuste.

11.2. Quando do recebimento, os produtos rejeitados pela fiscalização, a empresa terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para proceder a reposição, sob pena de ensejar o descumprimento do Ajuste, o que sujeitará a aplicação de multa diária no percentual de 0,3%



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



(três décimos por cento), sobre o valor total do lote contratado, a título de mora, até o limite máximo de trinta dias.

11.2.1. Após esse prazo restará caracterizada a inexecução parcial do Ajuste.

11.3. O atraso injustificado no cumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais previstas na execução do objeto, e não arroladas nos itens acima, sujeitará a CONTRATADA à multa diária de 0,2% sobre o valor total do lote mais econômico da contratação, por dia/ocorrência, até o limite de 6%.

11.4. Pela inexecução total ou parcial das Atas de Registro de Preços, a Administração poderá, nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, garantida a prévia defesa, aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

- a) Advertência: poderá ser aplicada quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato e não se justifique a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa compensatória de 15% (quinze por cento), sobre o valor total do lote contratado;
- c) Impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos; e
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.5. A inexecução total ou parcial do Ajuste poderá acarretar a sua extinção, conforme previsto nos art. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, assim como a incidência das consequências legais cabíveis, inclusive indenização por perdas e danos eventualmente causados ao Contratante.

11.6. O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos ao fornecedor, ou, ainda, cobrado judicialmente, a critério do Contratante.

11.7. A critério da autoridade competente do Contratante, com fundamento nos Princípios da Proporcionalidade e Razoabilidade, as penalidades poderão ser relevadas ou atenuadas, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos, mediante comprovação, e desde que formuladas por escrito, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data em que for oficiada a pretensão no sentido da aplicação da pena.

11.8. O Contratante promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta.

11.9. O fornecedor terá seu Registro de Preços cancelado, por intermédio de procedimento administrativo específico, assegurados o contraditório e a ampla defesa:



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



11.9.1. A pedido, quando:

- a) comprovada a impossibilidade de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior; e
- b) o preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado e dos insumos que compõem os seus custos, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento.

11.9.2. Por iniciativa do Contratante, quando o fornecedor:

- a) não aceitar reduzir os preços registrados, quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) não manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- c) não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- d) não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- e) não retirar a Nota de Empenho ou Instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Contratante, sem justificativa aceitável; e
- f) sofrer sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.10. O cancelamento da Ata de Registro de Preços implica a cessação de todas as atividades do fornecedor relativas à respectivo ARP.

11.11. Nos casos em que o fornecedor sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação deste instrumento desde que a execução desta Ata de Registro de Preços não seja afetada e que o fornecedor mantenha o fiel cumprimento dos termos da ARP e as condições de habilitação.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes,



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei Federal nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto Federal nº 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro de Cruzeiro do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 -

2 -



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2025

A XXXXXXXXX [órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços], com sede no XXXXXXXXXX, na cidade de Cruzeiro do Sul - AC, inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/000X-XX, neste ato representada pelo XXXXXXXXX [cargo e nome], nomeado pelo Decreto nº XX de XXXXXX de XXXX, publicada no DOE de XX de XXXXXX de XXXX, portador da matrícula funcional nº XXXXXXXX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº XXX/XXXX, publicada no [DOE OU DOU] de XX de XXXXXX de XXXX, processo administrativo nº XXXXXXXX, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 1.102, de 14 de dezembro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de XXXXXX, especificado no item XX do Termo de Referência, anexo XX do [Edital de Licitação XXXXX nº XXX/XXXX OU Aviso da Contratação Direta nº XXX/XXXX], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM/LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	XXXXXXX	XX	XX,XX	XXXX	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX

2.2. Dados do Fornecedor:

2.2.1. Empresa: XXXXXXXX

2.2.2. CNPJ nº: XXXXXXXX

2.2.3. Endereço: XXXXXXXX

2.2.4. Contato: (XX) XXXXXXXX



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



2.2.5. E-mail: XXXXXXXXXXXXX

2.2.6. Representante Legal: XXXXXXXXXXXXX

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a XXXXXXXXXXXX [nome do órgão].

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; e
- consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. Dos limites para as adesões

4.6.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.6.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.7. Vedação a acréscimo de quantitativos

4.7.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e;

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 132 do Decreto Municipal nº 1.102, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;

9.1.3. deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.1.4. recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado; ou

9.1.5. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do art. 126, do Decreto Municipal nº 1.102, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 112, inc. X, do Decreto Municipal nº 1.102, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 113, inc. VII, do Decreto Municipal nº 1.102, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em XX (xxxxxx) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Cruzeiro do Sul - AC, XX de XXXXXXXX de 2025.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



ANEXO IV

PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

REFERENTE: EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta para Aquisição de _____, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE: _____ CPF: _____ RG: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

EMAIL: _____

TELEFONE: _____

CONFORME TABELA CONSTANTE NO TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM/LOTE	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO (Quando houver)	QTDE	P. UNIT (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1.					
VALOR TOTAL					

O prazo de validade de nossa proposta de preços é de 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

Declaramos que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.
2. O prazo mínimo de validade da proposta será de 60 dias a contar da sessão pública.
3. Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



ANEXO V

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO E SOLICITANTE

1.1. Número do processo: 3.748/2025

1.2. INTRODUÇÃO:

1.2.1 Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo identificar e analisar alternativas para a resolução da demanda para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de decoração, com fornecimento, montagem e retirada dos itens decorativos, para atender as demandas das secretarias da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul, identificada no Ofício nº 073/2025/PMCS/ADMGEOP/DILIC e no Documento de Formalização de Demanda (DFD) do processo supracitado. Ademais, o estudo busca detalhar os elementos técnicos e econômicos das alternativas consideradas, evidenciando os argumentos que sustentam a solução escolhida.

1.2.2. Os serviços objeto do presente estudo são caracterizados como comuns, pois apresentam padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, segundo o que dispõe o art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

1.3. ÁREA SOLICITANTE:

Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos – Secretaria Municipal de Gestão Estratégica, Orçamento e Finanças - GEOF.

1.4. Equipe de planejamento da contratação:

Ana Clara Rocha de Souza

Integrante Requisitante
PORTARIA/GEOF/Nº 0183/2025

Emanuel Cavalcante Bezerra

Integrante Técnico
PORTARIA/GEOF/Nº 0183/2025

Nathanael Lincoln Rebouças da Silva

Integrante Técnico
PORTARIA/GEOF/Nº 0183/2025

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 A Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul – AC, por meio da Secretaria de Gestão



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



Estratégica, Orçamento e Finanças – GEOF, realiza de forma recorrente eventos institucionais que demandam infraestrutura temporária de decoração e ambientação, tais como solenidades oficiais, inaugurações, reuniões institucionais, capacitações, campanhas educativas, eventos culturais e datas comemorativas. Tal demanda decorre da ausência de estrutura operacional e física adequada que permita à própria Prefeitura executar diretamente esse tipo de serviço, impossibilitando, assim, o atendimento eficiente e apropriado às exigências apresentadas.

2.2. Frise-se que o órgão regularmente realiza ações e eventos oficiais internos e externos, como reuniões técnicas, audiências públicas, capacitações, oficinas e ações sociais, solenidades, campanhas educativas, bem como ações itinerantes de caráter institucional que demandam decoração e ambientação.

2.3. Por outro lado, A Administração não dispõe de estrutura própria, acervo decorativo padronizado, mobiliário específico ou equipe técnica especializada para executar diretamente os serviços de decoração, o que inviabiliza a execução direta do objeto. A inexistência de contratação planejada gera riscos administrativos relevantes, tais como improvisações, contratações emergenciais, fragmentação de despesas, sobrepreço, baixa padronização estética e maior suscetibilidade a questionamentos pelos órgãos de controle.

2.4. O reconhecimento mencionado evidencia o comprometimento da gestão pública com a constante evolução dos processos organizacionais, bem como com a valorização e o bem-estar dos servidores e demais participantes das ações oficiais promovidas pela Prefeitura de Cruzeiro do Sul.

2.5. Diante disso, é imprescindível oferecer uma estrutura de acolhimento adequada, que inclua decoração e ambientação conforme os padrões mínimos exigidos de qualidade e segurança. Essa medida visa garantir o conforto dos envolvidos, reforçar o compromisso da administração com a excelência organizacional, e para isso é necessário contratação de empresa especializada em serviços de decoração, com fornecimento, montagem e retirada dos itens decorativos.

3. PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

3.1. A Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul/AC ainda não implantou o Plano de Contratações Anual - PCA, porém a contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração Municipal, delineados nas ações definidas nos instrumentos de planejamento aprovados.

3.2. Embora o Plano de Contratações Anual ainda esteja em fase de implementação no âmbito municipal, a presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento estratégico das Secretarias demandantes e às ações institucionais previstas para o exercício, estando devidamente motivada quanto à sua necessidade.

4. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

4.1. A empresa a ser contratada deverá possuir capacidade técnica e operacional compatível



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



com o objeto, demonstrada por meio de experiência prévia na execução de serviços de decoração, ambientação ou cenografia para eventos institucionais, corporativos, culturais ou sociais, sem exigências excessivas que possam restringir a competitividade. Os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica serão detalhados no Termo de Referência e no Edital.

4.2.4. Requisitos externos (legais)

4.2.4.1. Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

4.2.4.2. Decreto nº 1.102, de 14 de dezembro de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Município de Cruzeiro do Sul.

4.2.5. Sustentabilidade:

4.2.5.1. Considerando que o processo licitatório deve promover o desenvolvimento nacional sustentável, como menciona o artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, a empresa contratada deve observar os requisitos da referida lei, especialmente no que se refere à redução de resíduos, reutilização de materiais decorativos e uso racional de energia.

4.2.5.2. Sempre que possível, deverão ser adotadas práticas sustentáveis, tais como reutilização de materiais decorativos, redução de resíduos, destinação ambientalmente adequada dos materiais descartáveis e uso racional de energia elétrica, especialmente nos itens de iluminação;

4.2.6. Condições de entrega:

4.2.6.1. O serviço ocorrerá conforme descrito a seguir:

a) Os serviços deverão ser executados em prazo compatível com a natureza, complexidade e local de realização do evento, a contar da data de emissão da respectiva Ordem de Serviço, observando-se, como prazo de referência, o limite de até **03 (três) dias**. O prazo indicado constitui referência máxima para organização logística, podendo a execução ocorrer em prazo inferior, conforme a complexidade e dimensão do evento.

Parágrafo único. Em situações específicas, devidamente justificadas, o prazo poderá ser ajustado de comum acordo entre a Administração e a contratada, desde que não haja prejuízo à realização do evento.

4.2.6.2. Constatada qualquer desconformidade na execução dos serviços ou nos itens decorativos fornecidos, estes poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo a contratada promover a correção, substituição ou adequação necessária de forma imediata e compatível com a urgência do evento, observado, como prazo máximo de referência, o limite de até 02 (duas) horas, contado da notificação realizada pela fiscalização contratual ou por servidor designado para acompanhamento do evento.

Parágrafo único. A notificação poderá ocorrer por meio formal, inclusive por comunicação eletrônica (e-mail, aplicativo institucional ou outro meio idôneo), considerando a



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



possibilidade de realização simultânea de eventos em locais distintos, permanecendo a contratada integralmente responsável pelo pronto atendimento e regularização das inconformidades apontadas.

4.2.6.3. O serviço deverá ser executado de forma parcelada nos respectivos locais, de acordo com os endereços indicados nas respectivas Ordens de Serviço, a contar do recebimento da solicitação feita pela Administração.

4.2.7. Subcontratação:

4.2.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste estudo.

A não admissão de subcontratação do objeto contratual justifica-se em razão da necessidade de garantir a padronização estética, a qualidade uniforme dos serviços, bem como a responsabilidade técnica integral pela execução dos serviços de decoração e ambientação para eventos institucionais promovidos pela Administração Pública.

Os serviços objeto da contratação envolvem planejamento, fornecimento, transporte, montagem, organização, desmontagem e retirada de itens decorativos, os quais devem ser executados de forma integrada e coordenada, de modo a assegurar coerência visual, segurança na montagem e atendimento tempestivo às Ordens de Serviço emitidas pela Administração.

A eventual fragmentação da execução entre diferentes empresas poderia comprometer:

- a harmonia estética dos ambientes;
- a uniformidade dos materiais e padrões de acabamento;
- a responsabilização objetiva por eventuais falhas, atrasos ou danos;
- a eficiência da fiscalização contratual, especialmente em eventos com prazos reduzidos e execução simultânea de diversas etapas.

Dessa forma, a vedação à subcontratação não impede a participação de microempresas e empresas de pequeno porte que possuam capacidade operacional compatível com o objeto, mostrando-se medida proporcional, motivada e tecnicamente necessária, em consonância com os princípios da eficiência, da segurança jurídica, da economicidade e do interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.2.8. Garantia:

4.2.8.1. Não haverá exigência de garantia, prevista nos artigos 96 a 102, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.2.9 Utilização de catálogo eletrônico de padronização:

4.2.9.1. Em conformidade com o previsto no art. 19, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, justifica-se a não adoção de Catálogo Eletrônico de Padronização para o objeto deste estudo, tendo em vista a inexistência de sua elaboração no âmbito da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



4.2.9.2. Dessa forma, as especificações do objeto em estudo serão as mesmas utilizadas pelo órgão em contratações anteriores, as quais já se mostraram eficazes e compatíveis com o atendimento institucional.

4.2.10. Natureza dos serviços:

4.2.10.1. Considerando a natureza pontual da demanda apresentada neste estudo técnico, justifica-se a classificação do serviço como de natureza não continuada, enquadrando-se como prestação sob demanda. O objeto encontra-se claramente delimitado, com execução vinculada à ocorrência de fatos geradores específicos, o que afasta sua caracterização como serviço continuado.

4.2.10.2. Tal enquadramento está em conformidade com o disposto no art. 6º, inciso XVII, da Lei nº 14.133/2021, que define os serviços não contínuos ou contratados por escopo como aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, admitindo-se prorrogação, desde que devidamente justificada, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

5. MEMÓRIAS DE CÁLCULO

5.1. Esta memória de cálculo foi elaborada em observância ao disposto no art. 40, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que o Estudo Técnico Preliminar deve demonstrar a quantificação da necessidade de forma fundamentada e proporcional, evitando o superdimensionamento da contratação e assegurando o atendimento adequado às demandas da Administração Pública.

5.1.1. Ressalta-se que os quantitativos indicados neste Estudo Técnico Preliminar representam estimativa máxima anual para fins de planejamento e futura formação de Ata de Registro de Preços, não configurando obrigação de contratação integral ou utilização simultânea da totalidade dos itens.

5.2. A previsão dos quantitativos visa garantir a execução adequada e regular das atividades administrativas, técnicas e institucionais das diversas secretarias municipais, considerando eventos oficiais, reuniões, capacitações, conferências, campanhas institucionais, solenidades e demais ações promovidas ao longo do exercício.

5.3. Os quantitativos foram determinados com base em:

- a)** O histórico de eventos institucionais realizados pela Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul em exercícios anteriores, com análise do porte médio e da frequência das ações promovidas pelas Secretarias Municipais;
- b)** demanda projetada para o exercício corrente, considerando o planejamento anual das secretarias, bem como a possibilidade de realização de eventos simultâneos ou extraordinários;
- c)** Proporcionalidade entre a quantidade de servidores, a frequência de eventos institucionais e a abrangência das atividades realizadas pelas pastas demandantes;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



d) Margem técnica de segurança para garantir o pronto atendimento às demandas eventuais e emergenciais, típicas de eventos administrativos e de representação institucional.

5.3.1. Assim, os quantitativos representam estimativas realistas de consumo, aptas a atender as necessidades sem caracterizar estoque ou superdimensionamento, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

5.4. Composição dos Itens e Quantitativos Estimados:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.
01	Toalha para mesa de solenidade, medida mínima de 8m x 3m, em tecido jacquard, cores a definir.	920
02	Toalha para mesa de solenidade, medida mínima de 3m x 3m em tecido jacquard, cores a definir.	850
03	Capas para cadeiras de solenidade, em tecido jacquard, com elástico ou amarração para ajuste firme, cores a definir.	4500
04	Mesa de apoio em madeira e/ou vidro, medindo 1,5 de diâmetro e 70 cm de altura	590
05	Mesa de apoio em madeira e/ou vidro, retangular, medindo 2m de comprimento, 80 cm de largura e 70 cm.	590
06	Arranjo de flores, tipo floreira, composta por flores permanentes real ao toque, tamanho de 1m de comprimento, altura mínima de 60cm. Tipos de flores a definir no momento de solicitação do serviço.	650
07	Arranjo de flores, tipo floreira, composta por flores permanentes real ao toque, tamanho de 3m de comprimento, altura mínima de 60cm. Tipos de flores a definir no momento de solicitação do serviço.	500
08	Vasos com plantas ornamentais naturais para paisagismo e ambientação – plantas de grande porte (bambús, palmeiras, palmeiras, ficcus, lyrata, buchichnos, sambaías e podocarpos. Plantas entregues nos vasos.	850
09	Cortina para fundo de palco e cenários em tecido nobre. Cores a definir.	530
10	Tapete, tipo persa, felpudo e cizal, modelo retangular (tamanho 1,80 x 2,50), para montagem de cenários. Cores a definir.	330
11	Tapete, tipo persa, felpudo e cizal, modelo retangular (tamanho 3,00 x 4,00), para montagem de cenários. Cores a definir.	280
12	Tapete, tipo persa, felpudo e cizal, redondo, sendo 2m de diâmetro.	300
13	Poltronas decorativas, revestida com tecido de linho, veludo, corvim, cores e modelos a definir no ato da solicitação.	270



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



14	Cadeiras decorativas para montagem de ambientes, sendo no material madeira e ferro, com assentos revestidos em tecido nobre (linho, veludo e couro), cores e modelos a definir conforme a necessidade.	800
15	Cadeiras de ferro, assento e encosto estofados (tamanho padrão até 150kg).	2200
16	Sofás para montagem de ambiente, medindo 1,60 x 80, revestido de tecido nobre (veludo e linho).	210
17	Painéis de Folhagem natural (Ficus), tamanho 2,50 x 4,00.	500
18	Aparador em madeira, ferro, espelho, acrílico, nos tamanhos de 1,00 x 0,40 x 0,80 de altura para composição de cenários ou dispositivos de honra em eventos sociais e/ ou solenes.	240
19	Mesa de centro em madeira, ferro espelho e/ou vidro para composição de cenários ou dispositivos de honra em eventos sociais e/ou solenes.	200
20	Jardim artificial suspenso, tamanho 2,5m x 1,0m, folhagem verde.	350
21	Mesa Bistrô, base inox, tampo de vidro, medindo 1,00m de altura.	400
22	Mesa Bistrô, base inox, tampo de madeira, medindo 1,00m de altura.	400
23	Mesa Bistrô, base inox, tampo de vidro, medindo 0,70 de altura.	400
24	Mesa Bistrô, base inox, tampo de madeira, medindo 0,70 de altura.	400
25	Balões de diversas cores e números, com aproximadamente 200 balões.	830
26	Cortinas em led amarelo quente/frio (3x2mts).	400
27	Fio de led, cor a definir.	800
28	Peças decorativas de tamanhos diferentes em acrílico/madeira/vidro.	550
29	Spot de iluminação cênica para salão e entradas de acordo com cores de evento.	530
30	Painel de palet, medindo 2,40 x 2,00.	450

5.5. Critérios de Dimensionamento:

- Os quantitativos refletem necessidades médias anuais das secretarias municipais, calculadas a partir da soma das demandas previstas por cada órgão requisitante;
- Foram consideradas as variações de sazonalidade, especialmente em períodos de maior demanda, como eventos comemorativos, capacitações e campanhas públicas;
- Adotou-se o critério de eventualidade, em conformidade com o objeto licitatório (“eventual e futura contratação”), garantindo flexibilidade de atendimento conforme a necessidade e conveniência da Administração;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



d) A previsão busca assegurar continuidade das atividades institucionais, evitando desabastecimento durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.5.1. Justificativa específica – Item 20 (Jardim Artificial Suspenso)

Quanto ao item referente a jardim artificial suspenso, registra-se que sua utilização destina-se exclusivamente a eventos institucionais de maior porte, realizados em ambientes amplos que demandem ambientação vertical complementar.

Trata-se de elemento decorativo de uso pontual e não obrigatório, cuja previsão visa assegurar flexibilidade técnica à Administração para composição estética compatível com solenidades oficiais de maior formalidade.

O quantitativo estimado representa limite máximo anual sob regime de eventualidade, não configurando aquisição sistemática, obrigatória ou contínua, sendo sua utilização condicionada à necessidade específica de cada evento.

5.5.2. Justificativa específica – Itens 10, 11 e 12 (Tapetes “tipo persa”)

Quanto aos itens referentes a tapetes descritos como “tipo persa”, esclarece-se que a expressão possui caráter meramente referencial quanto ao padrão visual clássico utilizado em ambientações institucionais formais, não implicando exigência de produto de luxo, importado ou de alto valor agregado.

A especificação visa apenas assegurar padrão estético compatível com eventos oficiais, solenidades e dispositivos de honra, sendo admitidos materiais sintéticos ou naturais de fabricação nacional, desde que apresentem resistência adequada ao uso temporário e compatibilidade com a ambientação proposta.

O quantitativo estimado observa a eventualidade do objeto, não configurando aquisição permanente ou estoque, mas previsão máxima para atendimento sob demanda.

5.5.3. Justificativa específica – Itens com “tecido nobre”

No que se refere à utilização da expressão “tecido nobre” na descrição de cortinas, cadeiras e sofás, esclarece-se que tal terminologia possui caráter indicativo de acabamento institucional adequado, não representando exigência de material luxuoso, exclusivo ou de padrão superior ao necessário ao interesse público.

A intenção técnica da especificação é assegurar qualidade mínima de apresentação estética, durabilidade compatível com o uso temporário em eventos oficiais e uniformidade visual dos ambientes, vedando-se materiais frágeis ou inadequados.

A interpretação do termo deverá observar os princípios da razoabilidade, economicidade e proporcionalidade, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021, afastando qualquer configuração de bem de luxo.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



5.5.4. Justificativa específica – Item 17 (Painel de Folhagem Natural – Ficus)

Quanto ao item referente a painel de folhagem natural (Ficus), registra-se que sua previsão objetiva atender eventos institucionais que demandem ambientação natural temporária, especialmente em espaços amplos ou ambientes externos.

A escolha por folhagem natural justifica-se pela necessidade de composição estética compatível com eventos oficiais de maior formalidade, não se tratando de espécie rara, exótica ou de alto custo desproporcional.

A utilização do item é eventual e condicionada à necessidade específica do evento, não representando aquisição permanente nem despesa recorrente obrigatória, mas mera previsão estimativa dentro do regime de registro de preços.

5.6. Demonstração Técnica do Consumo Provável e Critérios de Dimensionamento

A definição dos quantitativos estimados considerou critérios técnicos objetivos, baseados na análise do histórico institucional, na projeção de demanda anual das Secretarias Municipais e na possibilidade de realização de eventos simultâneos ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.

A estimativa contempla a realização de eventos institucionais de pequeno, médio e grande porte, incluindo solenidades oficiais, capacitações, conferências municipais, ações sociais, campanhas públicas, eventos culturais e datas comemorativas, especialmente em períodos sazonais de maior concentração de atividades administrativas.

Registra-se que a projeção anual considerou:

- I – Eventos com público estimado entre 300 e 1.200 participantes;
- II – A possibilidade de ocorrência simultânea de eventos promovidos por diferentes Secretarias;
- III – Picos sazonais relacionados a festividades oficiais, campanhas institucionais e ações intersetoriais;
- IV – Margem técnica de segurança para atendimento de demandas extraordinárias ou emergenciais.

Especificamente quanto ao quantitativo estimado de capas para cadeiras, esclarece-se que diversas Secretarias Municipais já dispõem de cadeiras como bens permanentes integrantes de seu patrimônio, utilizadas rotineiramente em auditórios, unidades escolares, espaços administrativos e ambientes institucionais.

Dessa forma, o quantitativo de capas não corresponde exclusivamente à locação simultânea de cadeiras, mas também à utilização sobre cadeiras próprias da Administração, quando da necessidade de padronização estética e ambientação formal dos eventos.

O dimensionamento, portanto, considera:



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



- a) Cadeiras eventualmente locadas;
- b) Cadeiras já pertencentes ao patrimônio municipal;
- c) Eventos simultâneos;
- d) Eventos de grande porte com necessidade de uniformização visual.

Ressalta-se que os quantitativos representam limite máximo anual estimado para fins exclusivos de registro de preços, sob regime de eventualidade, não configurando obrigação de contratação integral nem utilização simultânea da totalidade dos itens.

Não se trata de aquisição para estoque ou uso contínuo, mas de previsão técnica destinada a assegurar a adequada prestação dos serviços ao longo da vigência da Ata, em consonância com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. A estimativa do valor da contratação constitui etapa obrigatória da fase preparatória do procedimento licitatório, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser elaborada com base em pesquisa de preços idônea, compatível com a natureza do objeto e com a realidade do mercado, observados os princípios da legalidade, planejamento, economicidade, eficiência e interesse público.

6.2. Registra-se que a presente contratação consolida e padroniza o modelo estruturado de prestação de serviços de decoração sob a sistemática de Registro de Preços, inexistindo histórico interno diretamente comparável quanto às especificações técnicas e metodologia ora adotadas.

6.3 A inexistência de referência histórica interna não configura falha de planejamento, tampouco impede a continuidade do processo, uma vez que o art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, autoriza expressamente a utilização de múltiplas fontes de pesquisa, inclusive externas, de forma motivada, sempre que necessário, especialmente em contratações inéditas ou com alteração do modelo anteriormente adotado.

6.4. Considerando a complexidade do objeto, a diversidade de itens decorativos, a variação de preços conforme o tipo, porte e local dos eventos, bem como as condições logísticas envolvidas (transporte, montagem, desmontagem e retirada), entende-se tecnicamente mais adequado e juridicamente mais seguro realizar a definição do valor estimado após a conclusão da pesquisa de preços, de modo a garantir maior precisão e aderência à realidade do mercado.

6.5. Dessa forma, o valor estimado da contratação será apurado e formalmente consignado no Termo de Referência, após a coleta e análise das cotações de preços, conforme os parâmetros



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



previstos no art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, utilizando-se fontes idôneas, atualizadas e compatíveis com o objeto, devidamente registradas nos autos.

6.6. Registra-se, ainda, que o valor a ser informado no Termo de Referência terá caráter referencial, considerando tratar-se de contratação por Sistema de Registro de Preços, com quantitativos estimativos e sem obrigação de contratação integral, o que reforça a necessidade de estimativa criteriosa e fundamentada, em benefício da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa.

6.7. Por fim, destaca-se que a definição posterior do valor estimado visa mitigar riscos de sobrepreço, subavaliação ou distorções, assegurando a adequada instrução do processo e o atendimento às exigências legais e aos entendimentos consolidados dos órgãos de controle.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

7.1 Consulta de soluções adotadas por outros órgãos públicos

7.1.1. Com o objetivo de identificar as soluções disponíveis no mercado e as práticas adotadas pela Administração Pública para atendimento de demandas similares às do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, procedeu-se à análise de contratações realizadas por outros órgãos públicos, envolvendo serviços de decoração, ambientação, cenografia e fornecimento de itens decorativos para eventos institucionais.

7.1.2. O levantamento teve caráter exploratório e qualitativo, visando identificar os modelos de contratação usualmente adotados, sem a fixação, neste momento, de valores referenciais, tendo sido constatado que os órgãos públicos, de modo geral, optam pela contratação de empresas especializadas, responsáveis pelo fornecimento, montagem, desmontagem e retirada dos itens decorativos, em regime de execução sob demanda.

7.1.3. As consultas foram realizadas em portais oficiais de contratações públicas, incluindo, mas não se limitando ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e ao Portal do Tribunal de Contas do Estado do Acre – TCE/AC, tendo sido identificadas, a título exemplificativo, contratações com objetos similares, as quais demonstram a viabilidade técnica e jurídica da solução ora proposta.

7.1.4. Registra-se que as referências identificadas nesta etapa têm por finalidade subsidiar a definição do modelo de contratação e a caracterização da solução, não sendo utilizadas, neste momento, para composição de valor estimado, o qual será definido somente após a realização da pesquisa de preços específica.

7.2. Análise de contratações anteriores do próprio órgão

7.2.1. Em análise às informações disponíveis no Portal do Tribunal de Contas do Estado do Acre – TCE/AC, verificou-se que a Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul realizou, em exercícios anteriores, contratações relacionadas à organização de eventos institucionais, cujos



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



objetos guardam parcial similaridade com o presente estudo, ainda que não estruturadas no formato ora proposto.

7.2.2. As contratações anteriormente realizadas ocorreram, em sua maioria, por meio da modalidade Pregão Presencial, nos exercícios de 2019 a 2023, com objetos descritos de forma mais genérica e sem a padronização técnica atualmente adotada, o que impossibilita a utilização direta desses registros como parâmetro de valor, mas contribui para a compreensão da demanda institucional e da recorrência dos eventos.

7.2.3. Assim, tais registros são considerados referenciais históricos qualitativos, úteis para dimensionamento da necessidade e definição da solução, não sendo empregados como base exclusiva para estimativa de preços.

7.3. Pesquisa de preços para definição do valor estimado

7.3.1. A definição do valor estimado da contratação será realizada em etapa posterior, no âmbito do Termo de Referência, mediante pesquisa de preços ampla e fundamentada, conforme os parâmetros admitidos pelo art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

7.3.2. Para fins de obtenção do preço referencial, serão consultados, de forma cumulativa ou subsidiária, conforme a disponibilidade de informações:

- a) O Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- b) O Portal do Tribunal de Contas do Estado do Acre – TCE/AC;
- c) Contratações similares realizadas por outros entes públicos;
- d) Propostas formais junto a fornecedores do ramo;
- e) Outras fontes idôneas e compatíveis com a natureza do objeto.

7.3.3. A adoção dessa metodologia visa assegurar que o valor estimado reflita a realidade de mercado, mitigando riscos de sobrepreço, subavaliação ou direcionamento, em consonância com os princípios da economicidade, isonomia, planejamento e seleção da proposta mais vantajosa.

Para atender às necessidades apresentadas neste estudo, foram consideradas as seguintes soluções:

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO 1: Execução pela própria prefeitura



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



Vantagens e Desvantagens da Solução	<p>VANTAGENS:</p> <ol style="list-style-type: none">1) Agilidade na Organização de Eventos2) Transparência e Prestação de Contas3) Facilita o acompanhamento dos gastos e insumos utilizados;4) Flexibilidade e Agilidade. <p>DESVANTAGENS:</p> <ol style="list-style-type: none">1) Inexistência de infraestrutura adequada;2) Ausência de servidores capacitados3) Riscos legais e sanitários;4) Custo oculto elevado.
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO 2: Adesão à ata de registro de preços	
Vantagens e Desvantagens da Solução	<p>VANTAGENS:</p> <ol style="list-style-type: none">1) Celeridade Processual;2) Eficiência Econômica;3) Segurança Jurídica;4) Padronização de Serviços;5) Previsibilidade Orçamentária. <p>DESVANTAGENS:</p> <ol style="list-style-type: none">1) Restrição de Adequação às Necessidades Locais;2) Limitação Temporal;3) Defasagem Econômica;4) Capacidade Técnica e Logística do Fornecedor;5) Responsabilidade Contratual.
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO 3: Contratação de empresa especializada	
Vantagens e Desvantagens da Solução	<p>VANTAGENS:</p> <ol style="list-style-type: none">1) Reduz riscos operacionais;2) Evita improvisações ou aquisições emergenciais;3) Padronização na qualidade dos serviços;4) Otimização de custos e logística;5) Maior controle e transparência na execução orçamentária. <p>DESVANTAGENS:</p> <ol style="list-style-type: none">1) Ausência de registro de preços vigente que contemple o objeto deste estudo tanto em quantidade quanto em especificações;2) Possibilidade de inadimplemento contratual;3) Despesas associadas à contratação;4) Probabilidade de atrasos e inconsistências na execução do contrato.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



8. MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

8.1. Após análise das alternativas disponíveis, conclui-se que a modalidade de contratação mais adequada para atender às demandas do município é o **Pregão**, na forma **Eletrônica**, pelo **Sistema de Registro de Preços (SRP)**. Tal escolha fundamenta-se nas características do objeto a ser contratado, bem como na necessidade de contratações sob demanda e de natureza eventual, o que exige um modelo que proporcione maior flexibilidade, economicidade e eficiência administrativa.

8.2. A adoção do SRP por meio de Pregão permite a otimização dos recursos públicos, assegura planejamento estratégico das contratações e viabiliza o atendimento contínuo às necessidades institucionais de forma organizada. Ademais, está em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, especialmente no que tange à racionalização dos processos licitatórios e à busca por soluções que promovam maior competitividade e transparência.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Após a realização da análise comparativa das alternativas disponíveis no mercado e considerando as limitações estruturais, operacionais e materiais da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul, previamente demonstradas neste Estudo Técnico Preliminar, concluiu-se que a solução mais adequada, eficiente e compatível com o interesse público consiste na eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de decoração e ambientação para eventos, com fornecimento, transporte, montagem, manutenção quando necessária e retirada exclusivamente dos itens descritos neste estudo.

9.2. A prestação dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante a emissão de Ordens de Serviço pela Administração, de acordo com a programação, o porte, a natureza e as características de cada evento institucional, administrativo, cultural, comemorativo ou social promovido pelas Secretarias Municipais.

9.3. A solução proposta compreende a disponibilização de itens decorativos, mobiliários, elementos cenográficos e recursos de ambientação, em conformidade com os quantitativos estimados, bem como a execução de todas as atividades necessárias à plena realização do objeto, observados os requisitos técnicos, operacionais e de qualidade estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e no Edital:

a) Itens têxteis decorativos, compreendendo toalhas para mesas de solenidade, capas para cadeiras, cortinas decorativas e tapetes, destinados à composição visual e padronização estética dos ambientes;

b) Mobiliário decorativo e de apoio, incluindo mesas de apoio, mesas bistrô, cadeiras decorativas, cadeiras estofadas, poltronas, sofás, aparadores e mesas de centro, utilizados na



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



ambientação de cenários, dispositivos de honra e espaços institucionais;

c) Elementos naturais e artificiais de ambientação, tais como arranjos florais, vasos com plantas ornamentais naturais, painéis de folhagem e jardins artificiais suspensos, destinados à valorização estética dos ambientes;

d) Elementos cenográficos e decorativos complementares, incluindo painéis decorativos, peças decorativas em diferentes materiais e composições com balões, empregados na caracterização temática dos eventos;

e) Iluminação decorativa e cênica, composta por cortinas de LED, fios de LED e spots de iluminação, utilizados para realce visual, ambientação e adequação cromática dos espaços.

9.4 A solução compreende, ainda, a execução de todas as atividades necessárias à plena operacionalização do objeto, limitadas aos itens especificados neste Estudo Técnico Preliminar, abrangendo:

- Transporte dos itens decorativos até o local do evento;
- Montagem, instalação e organização dos elementos decorativos;
- Ajustes necessários durante a realização do evento, quando demandados pela fiscalização;
- Desmontagem e retirada dos itens após o encerramento do evento.

9.5. Os itens decorativos, suas cores, modelos, composições e formas de utilização serão definidos no momento da solicitação do serviço, conforme a necessidade específica de cada evento, observadas as especificações técnicas, os quantitativos estimados e os limites estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e no Edital.

9.6. A solução proposta não impõe exigências excessivas ou restritivas, permitindo ampla competitividade entre os interessados, e encontra-se alinhada às práticas de mercado, aos princípios da isonomia, eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.7. Esclarece-se que as expressões constantes na descrição dos itens, tais como “tipo persa”, “tecido nobre” e “real ao toque”, possuem caráter meramente exemplificativo e referencial quanto ao padrão estético mínimo desejado, não implicando exigência de marcas, modelos específicos, padrão de luxo ou características de ostentação.

9.8. A interpretação dessas expressões deverá observar os princípios da razoabilidade, economicidade e proporcionalidade, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 1.102/2023, vedando-se a aquisição de itens com características de requinte superior ao estritamente necessário ao atendimento do interesse público.

9.9. Os materiais deverão atender a padrão institucional compatível com eventos oficiais da Administração, sem configuração de artigo de luxo.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

10.1. A Lei nº 14.133/2021 em seu art. 40, parágrafo 2º estabelece que:

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

- I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;
- II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e
- III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

10.2. Em consonância com o disposto no art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021, registra-se que não se mostra aplicável o parcelamento do objeto em lotes, uma vez que a contratação pretendida refere-se à prestação integrada de serviços de decoração e ambientação para eventos institucionais, cuja execução demanda padronização estética, coordenação operacional integrada e responsabilidade técnica única.

Ressalta-se que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, o qual não se confunde com o parcelamento do objeto, mas viabiliza a execução fracionada no tempo, de forma eventual e sob demanda, conforme a necessidade da Administração, ao longo da vigência da ata.

Dessa forma, a adoção do Sistema de Registro de Preços atende de forma mais adequada ao interesse público, assegurando flexibilidade administrativa, eficiência operacional e economicidade, sem prejuízo à competitividade, afastando-se a necessidade de parcelamento do objeto em lotes.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

RESULTADO PRETENDIDO	DETALHAMENTO
Conformidade técnica	A contratação de empresa especializada em serviços de decoração e ambientação assegura a observância de padrões técnicos adequados de montagem, estabilidade, segurança e apresentação estética dos itens decorativos, bem como a compatibilidade visual dos ambientes com o caráter institucional dos eventos promovidos pela Administração Pública.
Redução do uso de recursos	A execução dos serviços por empresa especializada elimina a necessidade de gestão interna de acervo decorativo, logística de transporte, montagem e desmontagem, proporcionando maior eficiência administrativa e permitindo o redirecionamento



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



	estratégico de tempo e recursos humanos para as atividades essenciais do órgão. A experiência técnica da contratada contribui, ainda, para a racionalização de custos e mitigação de desperdícios.
Melhoria do desempenho	A execução do objeto por empresa com expertise na área evita o desvio de funções dos servidores, permitindo que se dediquem integralmente às atividades-fim da instituição. Essa medida contribui diretamente para o aumento da produtividade e para a obtenção de melhores resultados no órgão.

12. DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

12.1. Não foram identificadas providências estruturais ou operacionais prévias indispensáveis à execução do objeto, uma vez que a contratação contempla integralmente as etapas de fornecimento, transporte, montagem e retirada dos itens decorativos.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

13.1. Não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes para a presente contratação, uma vez que as especificações do objeto atendem às exigências requeridas.

14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1 A execução dos serviços de decoração e ambientação poderá gerar impactos ambientais de baixa magnitude e natureza temporária, principalmente relacionados ao uso de materiais decorativos, embalagens, consumo de energia elétrica e deslocamento logístico para transporte, montagem e desmontagem dos itens.

14.2 A contratada deverá executar os serviços em conformidade com a legislação ambiental vigente, adotando medidas preventivas e mitigadoras compatíveis com a natureza do objeto, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e desenvolvimento sustentável, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

14.3. Deverão ser adotadas práticas voltadas à redução da geração de resíduos sólidos, especialmente aqueles decorrentes de embalagens e materiais utilizados na execução dos serviços, priorizando-se, sempre que possível, a reutilização de materiais decorativos, a destinação ambientalmente adequada dos resíduos e a redução do desperdício.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:

15.1 Diante dos elementos apresentados neste ETP, aliado ao histórico das contratações realizadas por este órgão, bem como nas pesquisas realizadas, demonstra-se viável a contratação pretendida.

Cruzeiro do Sul - AC, 05 de dezembro de 2025



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



Ana Clara Rocha de Souza
Integrante Requisitante

Emanuel Cavalcante Bezerra
Integrante Técnico

Nathanael Lincoln Rebouças da Silva
Integrante Técnico



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



ANEXO VI

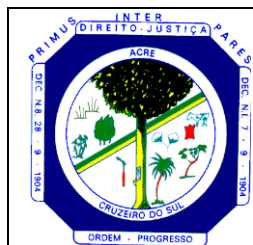
MAPA DE RISCOS

FASE 1: PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

PROCESSO: 3.748/2025

Objeto: Eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de decoração, com fornecimento, montagem e retirada dos itens decorativos, para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul.

RISCO 01	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	Risco	AUSÊNCIA OU APRESENTAÇÃO DE ARTEFATOS DE PLANEJAMENTO COM ESPECIFICAÇÕES E JUSTIFICATIVA INSUFICIENTES	
		Dano	<ul style="list-style-type: none">• Não atendimento ao princípio da motivação;• Desperdício de recursos (financeiro, pessoal, entre outros) públicos;• Impossibilidade de contratar (suspensão por mandado de segurança devido às irregularidades);• Indução de especificações indevidamente restritivas;• Diminuição da competição e aumento indevido do custo da contratação;• Compra ou contratação não produz resultados capazes de atender à necessidade da instituição.	
	ANÁLISE DO RISCO	Probabilidade	Baixa	
		Impacto	Alto	
		Nível de Risco	Aceitação intermediária	
	RESPOSTA AO RISCO	Ação Preventiva		Responsável
		<ul style="list-style-type: none">• Verificar os artefatos de planejamento e o Documento de Formalização da Demanda.		Equipe de planejamento da contratação
		Ação de Contingência		Responsável
		<ul style="list-style-type: none">• Ausência: A equipe de planejamento deve emitir despacho solicitando à unidade demandante para que conste no processo a justificativa das quantidades demandadas que embasa a contratação.• Insuficiência: A equipe de planejamento deve solicitar à unidade demandante justificativa com elementos suficientes que subsidiem a contratação.		Equipe de planejamento da contratação



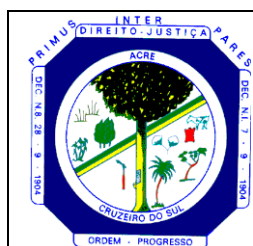
ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



RISCO 02	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	Risco	AUSÊNCIA DE PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO	
		Dano	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de controle dos prazos relacionados à conclusão da contratação; Possibilidade de ocorrência de fracionamento de despesa; Desperdício de recursos públicos; Descontinuidade da contratação para demandas continuadas. 	
	ANÁLISE DO RISCO	Probabilidade	Média	
		Impacto	Alto	
		Nível de Risco	Inaceitável	
	RESPOSTA AO RISCO	Ação Preventiva		Responsável
		<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a organização e planejamento das demandas de contratação; Autorizar contratações somente quando atendam aos critérios de planejamento e priorização estabelecidos; Promover capacitação dos servidores quanto aos procedimentos e boas práticas de gestão de contratações. 		Secretaria Municipal de Gestão Estratégica, Orçamento e Finanças
		Ação de Contingência		Responsável
		<ul style="list-style-type: none"> A unidade demandante encaminha a demanda para análise de inclusão nos procedimentos de contratação, considerando os prazos e etapas necessárias para sua execução Prorrogação do contrato, se serviço continuado, ou acréscimo de quantitativo; Contratação emergencial para atendimento da necessidade pública, com eventual apuração de responsabilidade em razão da descontinuidade. 		Órgão demandante

RISCO 03	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	Risco	QUANTITATIVO SUBESTIMADO OU SUPERESTIMADO
		Dano	<ul style="list-style-type: none"> Celebração de aditivos contratuais que poderiam ter sido evitados; Violação ao princípio da economicidade devido ao aumento no número de licitações para o mesmo objeto; Potencial quebra da padronização dos produtos contratados; Perda da economia de escala no caso de celebração de aditivos ou de realização de novas contratações, o que leva a custo final maior do que no caso de se efetuar uma única contratação com a soma das quantidades contratadas separadamente; Atraso na execução das atividades; Comprometimento orçamentário desnecessário;



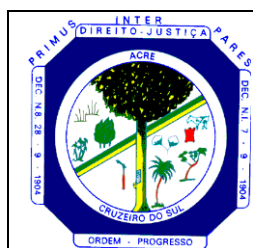
ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



	ANÁLISE DO RISCO		<ul style="list-style-type: none"> Problemas na execução contratual; Desperdício de recursos públicos; Problemas e custos adicionais de armazenamento; Fornecedor induzido a criar falsas expectativas.
		Probabilidade	Média
		Impacto	Alto
		Nível de Risco	Inaceitável
	RESPOSTA AO RISCO	Ação Preventiva	Responsável
		<ul style="list-style-type: none"> Apresentar justificativa para o quantitativo e encarta, se for o caso, planilhas e documentos comprobatórios dos levantamentos realizados que demonstrem o dimensionamento; Preenchimento de checklist; Solicitar do órgão demandante dados de execução contratual anterior. 	Equipe de planejamento da contratação
		Ação de Contingência	Responsável
		<ul style="list-style-type: none"> Celebração de termo aditivo para acréscimo de quantitativo ou realização de nova licitação na hipótese de superação do limite legal; Celebração de termo aditivo para diminuição do quantitativo. 	Fiscal do Contrato

RISCO 04	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	Risco	ERRO NO CÁLCULO DO PREÇO ESTIMADO (PESQUISA DE PREÇOS)	
		Dano	<ul style="list-style-type: none"> Resultados de licitação com preços superiores aos praticados no mercado (preços superestimados); Licitação deserta (sobrepço); Não atendimento ao princípio da economicidade. 	
	ANÁLISE DO RISCO	Probabilidade	Média	
		Impacto	Alto	
		Nível de Risco	Inaceitável	
	RESPOSTA AO RISCO	Ação Preventiva	Responsável	
		<ul style="list-style-type: none"> Realizar pesquisa de mercado conforme legislação vigente. 	Equipe de planejamento da contratação	
		Ação de Contingência	Responsável	
		<ul style="list-style-type: none"> Não homologação do procedimento licitatório; Apuração de responsabilidade dos servidores envolvidos. 	Órgão demandante	



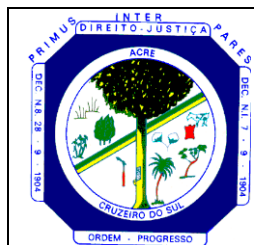
ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



RISCO 05	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	Risco	AUSÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO DOS ARTEFATOS DE PLANEJAMENTO	
		Dano	<ul style="list-style-type: none"> Divergências textuais entre os artefatos de planejamento; Dificuldade e demora na revisão de documentos; Replicação de erros recorrentes e já detectados em procedimentos anteriores; Problemas na execução contratual. 	
	ANÁLISE DO RISCO	Probabilidade	Alta	
		Impacto	Alto	
		Nível de Risco	Inaceitável	
	RESPOSTA AO RISCO	Ação Preventiva		Responsável
		<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de documentos padrão; 		Secretaria Municipal de Gestão Estratégica, Orçamento e Finanças
		<ul style="list-style-type: none"> Utilizar documentos padrão e indicar eventuais alterações realizadas a fim de facilitar a conferência pela Assessoria Jurídica. 		Equipe de planejamento da contratação
		Ação de Contingência		Responsável

RISCO 06	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	Risco	ARTEFATOS DE PLANEJAMENTO INCOMPLETOS OU INCONSISTENTES	
		Dano	<ul style="list-style-type: none"> Desperdício de recursos públicos; Contratação de objeto diverso do necessário. 	
	ANÁLISE DO RISCO	Probabilidade	Baixa	
		Impacto	Alto	
		Nível de Risco	Aceitação intermediária	
	RESPOSTA AO RISCO	Ação Preventiva		Responsável
		<ul style="list-style-type: none"> Promover a capacitação dos servidores; Elaboração de documentos padrão; 		Secretaria Municipal de Gestão Estratégica, Orçamento e Finanças



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

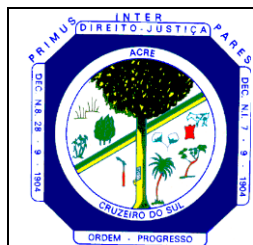
MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



		<ul style="list-style-type: none"> Preenchimento de checklist. 	Equipe de planejamento da contratação
		Ação de Contingência	Responsável

RISCO 07	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	Risco	AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE CONSEQUÊNCIAS PARA A CONTRATADA CASO NÃO MANTENHA AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO	
		Dano	<ul style="list-style-type: none"> Retorno de todos os riscos que foram mitigados por meio dos critérios de habilitação e qualificação da licitação. 	
	ANÁLISE DO RISCO	Probabilidade	Alta	
		Impacto	Alto	
		Nível de Risco	Inaceitável	
	RESPOSTA AO RISCO		Ação Preventiva	Responsável
			<ul style="list-style-type: none"> Adoção de modelos de editais que estabeleçam a obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como cláusula de penalidade para o inadimplemento e cláusula de garantia contratual que preveja a execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração pela não manutenção das condições, além das penalidades já previstas em Lei. 	Equipe de planejamento da contratação
			Ação de Contingência	Responsável

RISCO 08	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	Risco	AUSÊNCIA DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA	
		Dano	<ul style="list-style-type: none"> Impossibilidade de contratação. 	



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026

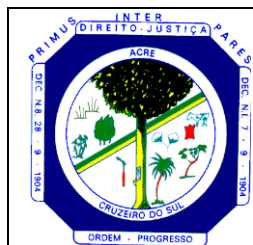


	ANÁLISE DO RISCO	Probabilidade	Alta	
		Impacto	Médio	
		Nível de Risco	Inaceitável	
	RESPOSTA AO RISCO	Ação Preventiva		Responsável
		<ul style="list-style-type: none"> • Providenciar reserva orçamentária junto ao setor competente. 		Equipe de planejamento da contratação
		Ação de Contingência		Responsável

FASE 2: SELEÇÃO DO FORNECEDOR

RISCO 09	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	Risco	FALTA DE PUBLICAÇÃO DOS ATOS NECESSÁRIOS À VALIDADE DO PROCESSO LICITATÓRIO	
		Dano	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de transparência; • Desrespeito à legislação vigente. 	
	ANÁLISE DO RISCO	Probabilidade	Alta	
		Impacto	Médio	
		Nível de Risco	Inaceitável	
	RESPOSTA AO RISCO	Ação Preventiva		Responsável
		<ul style="list-style-type: none"> • Preenchimento e análise de checklist no processo. 		Agente de contratação ou pregoeiro
		Ação de Contingência		Responsável
		<ul style="list-style-type: none"> • Suspender a abertura da licitação e providenciar a publicação; 		Agente de contratação ou pregoeiro
		<ul style="list-style-type: none"> • Determinar a anulação e o refazimento dos atos. 		Órgão demandante

RISCO 10	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	Risco	NÃO INSTAURAR PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APURAR CONDUTAS DE LICITANTES	
		Dano	<ul style="list-style-type: none"> • Favorecimento de ambiente propício à conluio entre licitantes para fraude. 	



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



	ANÁLISE DO RISCO	Probabilidade	Baixa	
		Impacto	Alto	
		Nível de Risco	Aceitação intermediária	
	RESPOSTA AO RISCO		Ação Preventiva	Responsável
			<ul style="list-style-type: none"> Incluir no edital padrão previsão de instauração de procedimento administrativo para apurar condutas passíveis de punição; 	Equipe de planejamento da contratação
			<ul style="list-style-type: none"> Determinar a instauração do procedimento administrativo para apuração de condutas de licitantes passíveis de aplicação de penalidade. 	Agente de contratação ou pregoeiro
			Ação de Contingência	Responsável

RISCO 11	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	Risco	APRESENTAÇÃO DE RECURSO POR LICITANTE	
		Dano	<ul style="list-style-type: none"> Atraso no atendimento da necessidade pública que originou a contratação; Prejuízos às atividades da Administração. 	
	ANÁLISE DO RISCO	Probabilidade	Alta	
		Impacto	Alto	
		Nível de Risco	Inaceitável	
	RESPOSTA AO RISCO		Ação Preventiva	Responsável
			<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer, no planejamento das contratações, prazos adequados para análise de eventuais recursos, com atenção especial às contratações de maior complexidade. 	Órgão demandante
			Ação de Contingência	Responsável
			<ul style="list-style-type: none"> Analisar o motivo da impugnação e responder aos questionamentos nos prazos legais; Em caso de procedência devolver o processo para a equipe de planejamento da contratação solicitando correção; Reagendar o certame. 	Agente de contratação ou pregoeiro
			<ul style="list-style-type: none"> Promover a prorrogação do contrato, se serviço continuado, ou acréscimo de quantitativo; Promover contratação emergencial, caso o prazo para análise do recurso comprometa o atendimento da necessidade pública. 	Órgão demandante



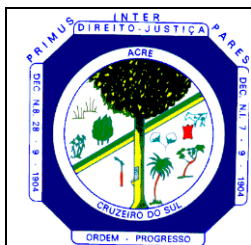
ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



RISCO 12	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	Risco	HOMOLOGAÇÃO DE EMPRESA COM HABILITAÇÃO IRREGULAR OU INIDÔNEA	
		Dano	<ul style="list-style-type: none"> Contratação irregular; Não atendimento às condições de habilitação exigidas no art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021. 	
	ANÁLISE DO RISCO	Probabilidade	Baixa	
		Impacto	Alto	
		Nível de Risco	Aceitação intermediária	
	RESPOSTA AO RISCO	Ação Preventiva		Responsável
		<ul style="list-style-type: none"> Analisar cuidadosamente a documentação apresentada pelo licitante referente à habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021 e conforme especificações do edital. 		Agente de contratação ou pregoeiro
		Ação de Contingência		Responsável
		<ul style="list-style-type: none"> Desclassificar o licitante; Realiza diligências e, caso constate, encaminhar para a análise da viabilidade de aplicar penalidade nos termos da legislação vigente. 		Agente de contratação ou pregoeiro

RISCO 13	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	Risco	HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO EM VALOR DIVERGENTE DO NEGOCIADO	
		Dano	<ul style="list-style-type: none"> Não atendimento ao princípio da economicidade. 	
	ANÁLISE DO RISCO	Probabilidade	Baixa	
		Impacto	Alto	
		Nível de Risco	Aceitação intermediária	
	RESPOSTA AO RISCO	Ação Preventiva		Responsável
		<ul style="list-style-type: none"> Verificar os lançamentos nos itens que tiveram valores negociados. 		Agente de contratação ou pregoeiro
		Ação de Contingência		Responsável
		<ul style="list-style-type: none"> Apresentar justificativas e realizar providências cabíveis. 		Agente de contratação ou pregoeiro



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

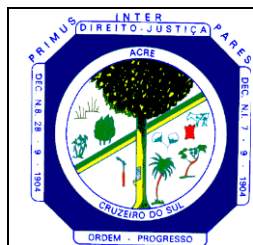
MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



FASE 3: GESTÃO DO CONTRATO

RISCO 14	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	Risco	CONTRATADA NÃO MANTÉM DURANTE A FASE DE EXECUÇÃO CONTRATUAL A REGULARIDADE FISCAL	
		Dano	<ul style="list-style-type: none"> • Não atendimento ao art. 92, inciso XVI da Lei Federal nº 14.133/2021; • Pagamento de fornecedor em débito com a fazenda; • Possível descontinuidade de serviço decorrente da impossibilidade de prorrogação da vigência contratual. 	
	ANÁLISE DO RISCO	Probabilidade	Média	
		Impacto	Alto	
		Nível de Risco	Inaceitável	
	RESPOSTA AO RISCO	Ação Preventiva		Responsável
		<ul style="list-style-type: none"> • A cada pagamento e aditamento contratual, verificar regularidade fiscal da contratada e notifica-la para regularização, se constatada indisponibilidade de certidão negativa. 		Gestor do Contrato
		Ação de Contingência		Responsável
		<ul style="list-style-type: none"> • Persistindo a irregularidade, adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à contratada a ampla defesa; 		Gestor do Contrato
		<ul style="list-style-type: none"> • Em caso de rescisão, promover a convocação de licitantes subsequentes para assumir o remanescente ou contratação emergencial até a finalização de novo processo de contratação 		Órgão contratante

RISCO 15	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	Risco	AUSÊNCIA DE DESIGNAÇÃO FORMAL DOS SERVIDORES PARA A FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL	
		Dano	<ul style="list-style-type: none"> • • Descumprimento do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, impossibilitando o acompanhamento da execução contratual. • • Problemas na execução contratual em virtude de ausência de fiscalização por parte da contratada. 	
	ANÁLISE DO RISCO	Probabilidade	Baixa	
		Impacto	Alto	
		Nível de Risco	Aceitação intermediária	
	RESPOSTA AO RISCO	Ação Preventiva		Responsável
		<ul style="list-style-type: none"> • Promover a indicação de gestor/fiscal na fase de planejamento da contratação 		Equipe de planejamento da contratação



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

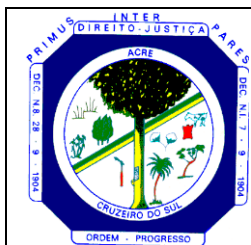
MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



		Ação de Contingência	Responsável
		• Designar formalmente o gestor/fiscal.	Órgão contratante

RISCO 16	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	Risco	AUSÊNCIA DE DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO	
		Dano	<ul style="list-style-type: none"> • Não atendimento do art. 118 da Lei Federal nº 14.133/2021. 	
	ANÁLISE DO RISCO	Probabilidade	Média	
		Impacto	Médio	
		Nível de Risco	Aceitação intermediária	
	RESPOSTA AO RISCO	Ação Preventiva	Responsável	
		<ul style="list-style-type: none"> • Verificar existência de correspondência emitida pela contratada que indica o preposto. 	Gestor do contrato	
		Ação de Contingência	Responsável	
		<ul style="list-style-type: none"> • Solicitar a designação do preposto através de Ofício. 	Gestor do contrato	

RISCO 17	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	Risco	AUSÊNCIA DE GARANTIA CONTRATUAL, QUANDO EXIGIDA NOS TERMOS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO OU DO CONTRATO	
		Dano	<ul style="list-style-type: none"> • Não atendimento do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021; • Pode causar prejuízos à Administração em caso de falência ou descumprimento contratual por parte do fornecedor. 	
	ANÁLISE DO RISCO	Probabilidade	Média	
		Impacto	Alto	
		Nível de Risco	Inaceitável	
	RESPOSTA AO RISCO	Ação Preventiva	Responsável	
		<ul style="list-style-type: none"> • Solicitar apresentação da garantia contratual no prazo previsto em edital, previamente à assinatura do contrato. 	Gestor do contrato	
		Ação de Contingência	Responsável	
		<ul style="list-style-type: none"> • Notificar a contratada para apresentação da garantia contratual; • Solicitação de abertura de processo administrativo sancionatório; • Proceder conforme cláusulas contratuais relativas à rescisão do contrato. 	Gestor do contrato	



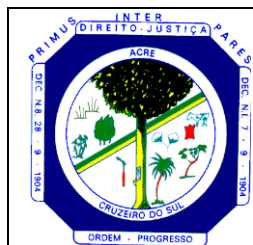
ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



RISCO 18	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	Risco	ATRASOS NA EXECUÇÃO OU INEXECUÇÃO PARCIAL OU TOTAL DO CONTRATO	
		Dano	<ul style="list-style-type: none"> • Não atendimento do objeto contratual; • Desperdício de recursos públicos; • Prejuízos nas atividades da Administração. 	
	ANÁLISE DO RISCO	Probabilidade	Alta	
		Impacto	Alto	
		Nível de Risco	Inaceitável	
	RESPOSTA AO RISCO	Ação Preventiva		Responsável
		<ul style="list-style-type: none"> • Equipe de planejamento da contratação estabelece penalidades (caráter preventivo da pena) e cláusula de garantia contratual prevendo a execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração; • Fiscal realiza reuniões periódicas com a contratada de modo a garantir a qualidade da execução e os resultados previstos. 		Fiscal do Contrato
		Ação de Contingência		Responsável
		<ul style="list-style-type: none"> • Gestor do contrato impulsiona aplicação de penalidades e acionamento da garantia contratual; • Gestor do contrato impulsiona procedimento para rescisão contratual, com convocação de licitantes subsequentes para assumir o remanescente ou contratação emergencial até a finalização de novo processo de contratação. 		Gestor do Contrato

RISCO 19	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	Risco	ATRASO NA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL DE ADITIVO DE VALOR, REPACTUAÇÃO, REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E REAJUSTE	
		Dano	<ul style="list-style-type: none"> • Problemas na execução contratual; • Ausência de prestação de serviços essenciais. 	
	ANÁLISE DO RISCO	Probabilidade	Alta	
		Impacto	Alto	
		Nível de Risco	Inaceitável	
	RESPOSTA AO RISCO	Ação Preventiva		Responsável
		<ul style="list-style-type: none"> • Controlar saldos do contrato de modo a evitar interrupção dos serviços por ausência de aditivo. 		Gestor do Contrato



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

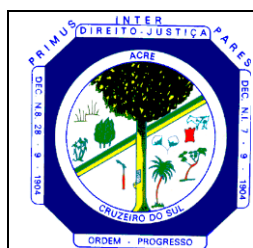
MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



		<ul style="list-style-type: none"> Controlar e gerenciar a tramitação processual de aditivo de valor, repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro e reajuste para evitar atrasos. 	Gestor do Contrato
		Ação de Contingência	Responsável

RISCO 20	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	Risco	PERDA DO PRAZO PARA RENOVAÇÃO DO CONTRATO	
		Dano	<ul style="list-style-type: none"> Interrupção da execução por não renovação do prazo de vigência contratual. 	
	ANÁLISE DO RISCO	Probabilidade	Alta	
		Impacto	Alto	
		Nível de Risco	Inaceitável	
	RESPOSTA AO RISCO	Ação Preventiva	Responsável	
		<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar o encerramento da vigência providenciando os trâmites necessários para renovação contratual com prazo não superior a 90 dias que antecedem a data do encerramento do contrato. 	Gestor do Contrato	
		Ação de Contingência	Responsável	
		<ul style="list-style-type: none"> Encerrar o contrato; 	Gestor do Contrato	
		<ul style="list-style-type: none"> Realizar nova contratação. 	Órgão contratante	

RISCO 21	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	Risco	AUSÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO E DE FISCALIZAÇÃO CONCOMITANTE À EXECUÇÃO DO CONTRATO	
		Dano	<ul style="list-style-type: none"> Distorções na execução do objeto que somente serão detectadas na etapa de recebimento; Retrabalho e atraso na entrega do objeto. 	
	ANÁLISE DO RISCO	Probabilidade	Baixa	
		Impacto	Alto	
		Nível de Risco	Aceitação intermediária	
	RESPOSTA AO RISCO	Ação Preventiva	Responsável	
		<ul style="list-style-type: none"> Prever no modelo de execução do objeto a previsão de acompanhamento e fiscalização concomitantes à execução, incluindo a possibilidade de inspeções in 	Equipe de planejamento da contratação	



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

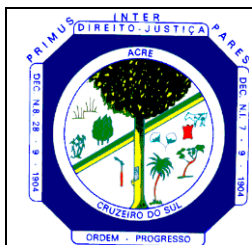
MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



		loco e diligências, quando aplicáveis, bem como forma de execução desses procedimentos.	
		Ação de Contingência	Responsável

RISCO 22	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	Risco	RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO NÃO DETÉM AS COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DA ATIVIDADE	
		Dano	<ul style="list-style-type: none"> Gestão e fiscalização inadequadas sobre os aspectos que não detém competência; Não detecção de descumprimento de partes da avença com suas consequências. 	
	ANÁLISE DO RISCO	Probabilidade	Alta	
		Impacto	Médio	
		Nível de Risco	Inaceitável	
	RESPOSTA AO RISCO	Ação Preventiva		Responsável
		<ul style="list-style-type: none"> Realizar a capacitação dos servidores. 		Secretaria Municipal de Gestão Estratégica, Orçamento e Finanças
		<ul style="list-style-type: none"> Estabelece lista de verificação de fiscalização no modelo de gestão do contrato; 		Equipe de planejamento da contratação
		<ul style="list-style-type: none"> Designar equipe multidisciplinar de fiscalização do contrato. 		Órgão contratante
		Ação de Contingência		Responsável

RISCO 23	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	Risco	DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS	
		Dano	<ul style="list-style-type: none"> Violação da legislação; Causa de rescisão contratual; Descontinuidade dos serviços. 	
	ANÁLISE DO RISCO	Probabilidade	Alta	
		Impacto	Médio	
		Nível de Risco	Inaceitável	
	RESPOSTA AO RISCO	Ação Preventiva		Responsável
		<ul style="list-style-type: none"> Utilizar de listas de verificação a cada pagamento para conciliação das comprovações 		Gestor do Contrato



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



		com os valores efetivamente recolhidos aos trabalhadores ao fisco.	
		Ação de Contingência	Responsável
		<ul style="list-style-type: none"> Assunção pela Administração do pagamento das obrigações trabalhistas e previdenciárias com o saldo da conta vinculada ou com o acionamento da garantia contratual; Promover procedimento de rescisão contratual, com necessidade de convocação de licitantes subsequentes interessados em assumir o saldo do contrato ou realização de contratação emergencial; 	Órgão contratante
		<ul style="list-style-type: none"> Indicar descumprimentos por ocasião do pagamento e impulsionar a aplicação de penalidades. 	Gestor do Contrato

RISCO 24	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	Risco	AUSÊNCIA DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA OU DE EMPENHO	
		Dano	<ul style="list-style-type: none"> Realização de despesa sem prévio empenho em desacordo com a legislação; Impossibilidade de pagamento ao contratado; Atrasos nos pagamentos e possibilidade de responsabilização do agente público. 	
	ANÁLISE DO RISCO	Probabilidade	Baixa	
		Impacto	Alto	
		Nível de Risco	Aceitação intermediária	
	RESPOSTA AO RISCO	Ação Preventiva		Responsável
		<ul style="list-style-type: none"> Preenchimento e análise de checklist no processo. 		Gestor do Contrato
		Ação de Contingência		Responsável
		<ul style="list-style-type: none"> Promover o remanejamento de recursos; Impulsionar procedimento de reconhecimento de despesa. 		Órgão contratante

Equipe de planejamento da contratação:

Cruzeiro do Sul, 05 de dezembro de 2025.

Ana Clara Rocha de Souza

Integrante Requisitante
PORTARIA/GEOF/Nº 0183/2025

Emanuel Cavalcante Bezerra



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026



Integrante Técnico
PORTARIA/GEOF/Nº 0183/2025

Nathanael Lincoln Rebouças da Silva

Integrante Técnico
PORTARIA/GEOF/Nº 0183/2025